



CÂMARA DOS DEPUTADOS
55ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2016

Comissão de
Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	7
2 – EVENTOS DA COMISSÃO.....	11
2.1 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	12
2.2 – SEMINÁRIOS.....	23
2.3 – OUTROS EVENTOS.....	29
3 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS	34
3.1 – PROJETOS.....	35
3.2 – TVRs.....	42
3.3 – REQUERIMENTOS	52
3.4 – EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	56
4 – PROPOSIÇÕES NÃO APRECIADAS	66
4.1 – PROJETOS.....	66
4.2 – TVRs.....	73
4.3 – REQUERIMENTOS	79
5 – SECRETARIA DA COMISSÃO	80
5.1 – RESUMO DE ATIVIDADES	80
5.2 – COMPOSIÇÃO	81



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APRESENTAÇÃO

Encerra-se minha jornada no honroso cargo de presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática desta Casa. E é com grande satisfação, orgulho e o sentimento de missão cumprida que deixo registrada no presente relatório uma síntese das atividades desenvolvidas na finda sessão legislativa.

Em 2016, a despeito da complexidade de muitas matérias, das peculiaridades do processo legislativo e dos naturais reflexos do calendário eleitoral sobre a agenda da Câmara, o balanço da gestão resultou bastante positivo, não só pela relevância dos números como também pela elevada qualidade do trabalho.

O principal objetivo desde a posse, em maio, era dar prioridade e maior celeridade à análise das proposições que se achavam em tramitação, muitas havia algum tempo. Nesse sentido, instituiu-se acordo de procedimentos com normas sobre distribuição de relatoria, elaboração de pauta, exame de requerimentos e processo de deliberação. A medida, aprovada por unanimidade pelo plenário já na segunda reunião, a par de conferir maior clareza e transparência às ações, contribuiu sobremaneira para o desempenho observado durante o ano.

Com efeito, o colegiado apreciou no período 195 matérias, fruto de 20 reuniões deliberativas, ordinárias e extraordinárias, aprovando um total de 174 propostas, entre projetos de lei e de decreto legislativo, requerimentos, atos de outorga de serviços de radiodifusão e emendas orçamentárias (LDO e LOA).

Entre as iniciativas acolhidas, assinalo o Projeto de Lei nº 1.337, de 2003, que regulamenta a profissão de jornalista; o Projeto de Lei nº 3.453, de 2015, sobre mudança no regime de exploração de serviços de telecomunicações; o Projeto de Lei nº 4.553, de 2016, acerca da obrigatoriedade de instalação do Código de Defesa do Consumidor em computadores comercializados no país; e o Projeto de Lei nº 4.559, de 2016, que reajusta as bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa.

Mas a comissão destacou-se também como autêntico fórum de debate de uma série de outros temas igualmente importantes para o país. Em audiências públicas, discutiram-se, por exemplo, veiculação de propaganda de produtos infantis; telefonia fixa e móvel; serviço de internet (franquia de dados, redes sociais, crimes, políticas públicas); a questão da fusão entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Comunicações; dados abertos; e a política industrial brasileira, com ênfase na Lei de Informática.

Merecem realce, ainda, o seminário sobre tratamento de dados pessoais, evento em conjunto com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e o acerca do marco civil da ciência e tecnologia, em parceria com o Senado e com a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação desta Casa.

Ademais, quero frisar a preocupação do colegiado em garantir investimentos sobretudo para as áreas

de ciência e tecnologia. Comprova-a a destinação de recursos, por meio das tradicionais emendas orçamentárias, a iniciativas de inclusão digital; a projetos de pesquisa sobre mudanças climáticas e produção de terras-raras; e a programas de fomento à ciência, tecnologia e inovação no âmbito das universidades federais.

No campo da cooperação externa, registro a realização de missão oficial a Israel, para participar de uma das maiores feiras de segurança pública do mundo, tendo na programação temas como contraterrorismo, inteligência e crimes cibernéticos; e o encontro com delegação parlamentar da República Popular da China, em visita ao Brasil, para troca de experiências em especial sobre práticas legislativas no setor de inovação científico-tecnológica.

Portanto, despeço-me desta presidência convencido de que a comissão logrou oferecer importantes contribuições ao país, fruto do trabalho técnico, suprapartidário e isento, do debate democrático e do exercício permanente do diálogo. Mas é preciso avançar mais e rapidamente. Nesse propósito, a próxima gestão certamente dará sequência à discussão de diversas questões de grande interesse social e econômico – destaco a prestação dos serviços de telecomunicações, os crimes na internet, o incentivo à pesquisa científica, à inovação tecnológica e à competitividade –, as quais, por sua reconhecida relevância, estiveram na pauta deste ano.

Finalizando, agradeço aos colegas parlamentares – com os quais, aliás, aprendi bastante nesta minha estreia no colegiado – pela dedicação, aos servidores da secretaria, aos consultores legislativos e de orçamento, bem assim a outros atores – autoridades, pesquisadores, especialistas, técnicos, membros da comunidade acadêmica, representantes da sociedade civil – que, direta ou indiretamente, colaboraram para o sucesso desta administração.



Deputado ALEXANDRE LEITE
Presidente

1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ⁽¹⁾

MESA DIRETORA



PRESIDENTE
Dep. ALEXANDRE LEITE
(DEM – SP)



1º VICE-PRESIDENTE
Dep. JORGE TADEU MUDALEN
(DEM – SP)

2º VICE-PRESIDENTE
Dep. MARCOS SOARES
(DEM – RJ)

3ª VICE-PRESIDENTE
Dep. TIA ERON
(PRB – BA)

⁽¹⁾ Posição em 31/12/16.

Titulares				
 Afonso Motta PDT/RS (Gab. 711-IV)	 Alexandre Leite DEM/SP (Gab. 841-IV)	 André de Paula PSD/PE (Gab. 754-IV)	 Bilac Pinto PR/MG (Gab. 806-IV)	 Celso Pansera PMDB/RJ (Gab. 475-III)
 Eduardo Cury PSDB/SP (Gab. 368-III)	 Erivelton Santana PEN/BA (Gab. 756-IV)	 Fábio Faria PSD/RN (Gab. 706-IV)	 Fabio Reis PMDB/SE (Gab. 456-IV)	 Francisco Floriano DEM/RJ (Gab. 719-IV)
 Franklin Lima PP/MG (Gab. 627-IV)	 Gilberto Nascimento PSC/SP (Gab. 834-IV)	 Hélio Leite DEM/PA (Gab. 403-IV)	 Heráclito Fortes PSB/PI (Gab. 708-IV)	 Jhc PSB/AL (Gab. 958-IV)
 Jorge Tadeu Mudalen DEM/SP (Gab. 538-IV)	 José Nunes PSD/BA (Gab. 728-IV)	 Junior Marreca PEN/MA (Gab. 537-IV)	 Luciana Santos PCdoB/PE (Gab. 524-IV)	 Luis Tibé PTdoB/MG (Gab. 632-IV)
 Luiza Erundina PSOL/SP (Gab. 620-IV)	 Marcelo Aguiar DEM/SP (Gab. 367-III)	 Marcos Soares DEM/RJ (Gab. 741-IV)	 Margarida Salomão PT/MG (Gab. 236-IV)	 Missionário José Olímpio DEM/SP (Gab. 507-IV)

 Renata Abreu PTN/SP (Gab. 726-IV)	 Roberto Alves PRB/SP (Gab. 946-IV)	 Ronaldo Nogueira (*) PTB/RS	 Sandro Alex PSD/PR (Gab. 221-IV)	 Sibá Machado (*) PT/AC
 Silas Câmara PRB/AM (Gab. 532-IV)	 Tia Eron PRB/BA (Gab. 618-IV)	 Victor Mendes PSD/MA (Gab. 580-III)	 Vitor Lippi PSDB/SP (Gab. 823-IV)	 Wladimir Costa SD/PA (Gab. 343-IV)
Suplentes				
 Alexandre Valle PR/RJ (Gab. 587-III)	 Alfredo Kaefer PSL/PR (Gab. 818-IV)	 André Figueiredo PDT/CE (Gab. 940-IV)	 Arthur Virgílio Bisneto PSDB/AM (Gab. 521-IV)	 Benito Gama PTB/BA (Gab. 414-IV)
 Beto Faro PT/PA (Gab. 723-IV)	 Bruna Furlan PSDB/SP (Gab. 836-IV)	 Caetano PT/BA (Gab. 415-IV)	 Claudio Cajado DEM/BA (Gab. 630-IV)	 Damião Feliciano PDT/PB (Gab. 938-IV)
 Eli Corrêa Filho DEM/SP (Gab. 850-IV)	 Elizeu Dionizio PSDB/MS (Gab. 531-IV)	 Fábio Sousa PSDB/GO (Gab. 271-III)	 Fernando Monteiro PP/PE (Gab. 282-III)	 Flavinho PSB/SP (Gab. 369-III)

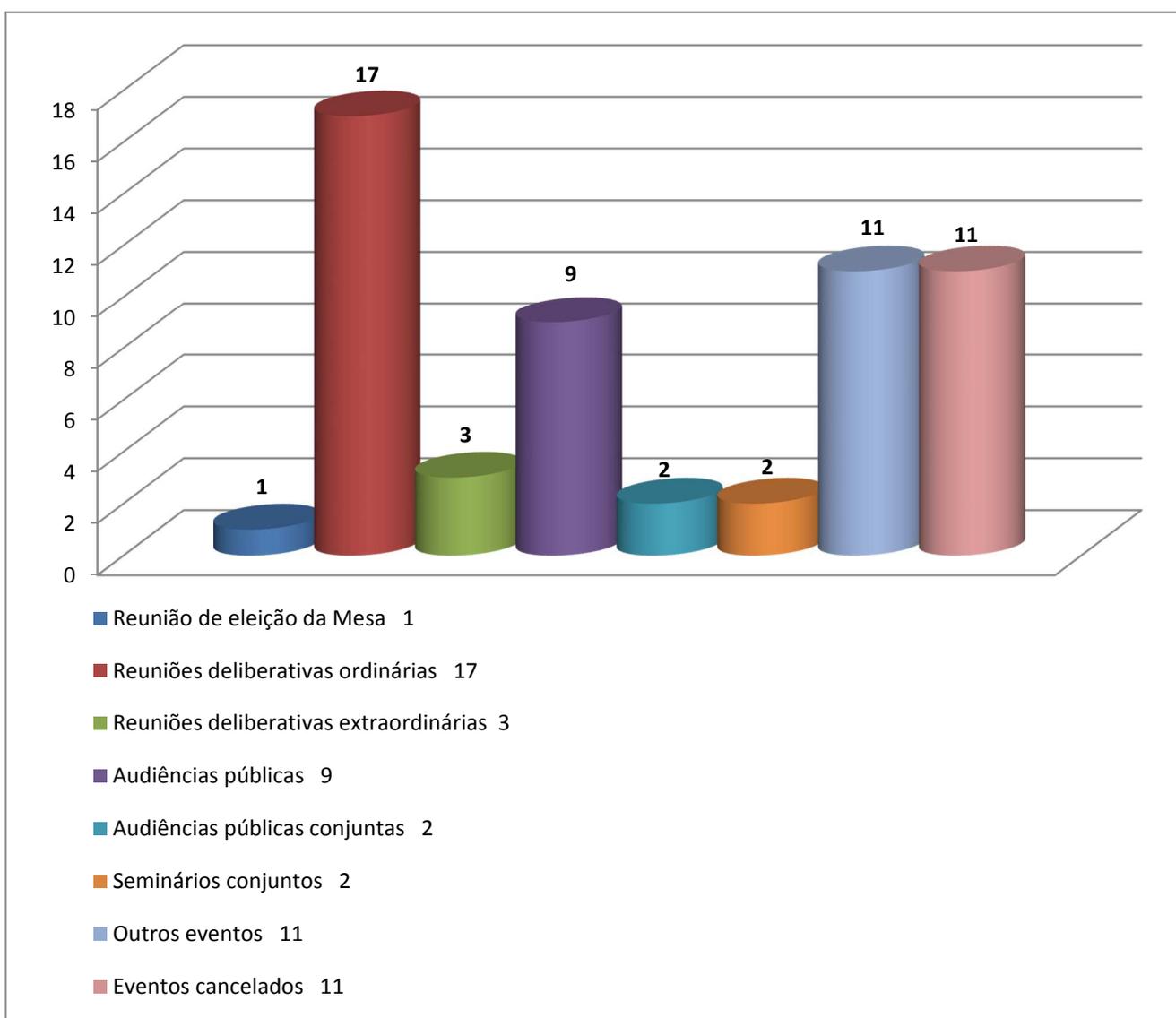
 Goulart PSD/SP (Gab. 533-IV)	 Indio da Costa PSD/RJ (Gab. 509-IV)	 Izalci Lucas PSDB/DF (Gab. 602-IV)	 João Daniel PT/SE (Gab. 605-IV)	 José Rocha PR/BA (Gab. 908-IV)
 Josué Bengtson PTB/PA (Gab. 505-IV)	 Julio Lopes PP/RJ (Gab. 544-IV)	 Laudivio Carvalho SD/MG (Gab. 717-IV)	 Lindomar Garçon PRB/RO (Gab. 548-IV)	 Marinaldo Rosendo PSB/PE (Gab. 827-IV)
 Milton Monti PR/SP (Gab. 328-IV)	 Nelson Meurer PP/PR (Gab. 916-IV)	 Nilson Pinto PSDB/PA (Gab. 527-IV)	 Paulão PT/AL (Gab. 366-III)	 Paulo Abi-ackel PSDB/MG (Gab. 460-IV)
 Pr. Marco Feliciano PSC/SP (Gab. 254-IV)	 Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC (Gab. 656-IV)	 Rômulo Gouveia PSD/PB (Gab. 411-IV)	 Ronaldo Martins PRB/CE (Gab. 568-III)	 Silvio Costa PTdoB/PE (Gab. 417-IV)
 Sóstenes Cavalcante DEM/RJ (Gab. 560-IV)	 Vitor Valim PMDB/CE (Gab. 545-IV)			

(*) = deputado(a) não está no exercício do mandato.

2 – EVENTOS DA COMISSÃO

RESUMO POR MODALIDADE DE EVENTO

EVENTOS REALIZADOS	
Modalidade	Quantidade
Reunião de eleição da Mesa	1
Reuniões deliberativas ordinárias	17
Reuniões deliberativas extraordinárias	3
Audiências públicas	9
Audiências públicas conjuntas	2
Seminários conjuntos	2
Outros eventos	11
Total	45
Eventos cancelados	11



2.1 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DIA 24/05/16 – 6ª REUNIÃO



Foto: Zeca Ribeiro / CD

TEMA: "Debate sobre o Projeto de Lei nº 702, de 2011, que 'Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, restringindo a veiculação de propaganda de produtos infantis'" (Requerimento nº 137/15, dos deputados Luiza Erundina, Margarida Salomão e Roberto Alves; e Requerimento nº 146/15, do deputado Sandro Alex).

CONVIDADOS:

ANA LUCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA

Presidente do Instituto Alana

Representante:

PEDRO HARTUNG

Advogado da equipe do projeto Criança e Consumo do Instituto Alana

AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS

Procurador Federal dos Direitos do Cidadão | Ministério Público Federal (MPF)

Representante:

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

Procurador da República em Minas Gerais

MARIZA MONTEIRO BORGES

Presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Ausente

INÊS SÍLVIA VITORINO SAMPAIO

Coordenadora do Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (Grim) | Universidade Federal do Ceará (UFC)

MARIANA MACHADO DE SÁ

Cofundadora do Movimento Infância Livre de Consumismo (Milc)

GILBERTO LEIFERT

Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar)

JULIANA NUNES

Presidente da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA)

Representante:

SANDRA MARTINELLI

Presidente-executiva da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA)

ORLANDO DOS SANTOS MARQUES

Presidente Nacional da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap)

Representante:

PAULO GOMES DE OLIVEIRA FILHO

Consultor jurídico da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap)

RODRIGO DE MEDEIROS PAIVA

Diretor de Licenciamento da Mauricio de Sousa Produções (MSP)

CLAUDEMIR EDSON VIANA

Secretário-executivo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom)

DIA 31/05/16 – 7ª REUNIÃO



Foto: Zeca Ribeiro / CD

TEMA: "Debate sobre o Projeto de Lei nº 1.407, de 2015, que dispõe sobre a prestação do serviço de telefonia móvel em regime público" (Requerimento nº 115/15, dos deputados Flavinho e Cabuçu Borges).

CONVIDADOS:

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Representante:

MIRIAM WIMMER

Diretora do Departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

LEONARDO EULER DE MORAIS

Chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

MARILENA LAZZARINI

Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Ausente

LUIZ ALEXANDRE GARCIA

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil)

Representante:

SÉRGIO KERN

Diretor regulatório da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil)

DIA 07/06/16 – 9ª REUNIÃO



Foto: Victor Diniz / CD

TEMA: "Debate sobre o Projeto de Lei nº 5.596, de 2013, que proíbe o uso de aplicativos e redes sociais na internet para alertar motoristas sobre a ocorrência de blitz de trânsito" (Requerimento nº 118/15, dos deputados Margarida Salomão e Paulão).

CONVIDADOS:

DENNYS ANTONIALI

Diretor-presidente do InternetLab

Representante:

FRANCISCO CARVALHO DE BRITO CRUZ

Diretor do InternetLab

FÁBIO COELHO

Presidente do Google no Brasil

Representante:

MARCEL LEONARDI

Diretor de Políticas Públicas do Google Brasil

MARÍLIA MACIEL

Pesquisadora e gestora do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) | Rio

Representante da instituição:

EDUARDO JOSÉ GUEDES MAGRANI

Professor e pesquisador do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) | Rio

DIA 08/06/16 – REUNIÃO CONJUNTA



Foto: Antonio Augusto / CD

TEMA: "A limitação do serviço de internet fixa". Evento em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, promotora (Requerimento nº 140/16, dos deputados JHC, Vitor Lippi e Elizeu Dionizio - CCTCI; e Requerimento nº 187/16, do deputado Leo de Brito - CFFC).

CONVIDADOS:

RAFAEL AUGUSTO FERREIRA ZANATTA

Pesquisador em telecomunicações do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES

Membro dos Conselhos Executivo e Fiscal da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (ProTeste)

CARLOS DUPRAT

Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

ELISA VIEIRA LEONEL

Superintendente de Relações com os Consumidores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

DIA 14/06/16 – 10ª REUNIÃO



Foto: Victor Diniz / CD

TEMA: "Debate sobre a franquia de consumo nos planos de acesso à banda larga fixa no Brasil - sua legalidade, restrição e intercorrência" (Requerimento nº 141/16, dos deputados Izalci, Eduardo Cury e JHC).

CONVIDADOS:

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

ELISA VIEIRA LEONEL

Superintendente de Relações com os Consumidores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

IGOR RODRIGUES BRITTO

Coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) | Ministério da Justiça (MJ)

HARTMUT RICHARD GLASER

Secretário-executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Representante:

FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES

Conselheira do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA

Subprocurador-geral da República e coordenador da Câmara de Defesa do Consumidor do Ministério Público Federal (MPF)

Representante:

CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA

Procurador da República e coordenador de GT de Tecnologias da Informação e Comunicação da Câmara de Defesa do Consumidor do Ministério Público Federal (MPF)

MARILENA LAZZARINI

Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Representante:

RAFAEL AUGUSTO FERREIRA ZANATTA

Pesquisador em telecomunicações do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

EDUARDO LEVY

Presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

Representante:

CARLOS DUPRAT

Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

BASILIO PEREZ

Diretor de Regulação e Legislação da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint)

JOÃO DE MOURA NETO

Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações (Fitratel)

Representante:

CLEMILTON SARAIVA DOS SANTOS

Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal (Sinttel/DF)

DIA 15/06/16 – 11ª REUNIÃO



Foto: Lucio Bernardo Jr./ CD

TEMA: "Debate sobre a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com o Ministério das Comunicações (MC)" - Requerimento nº 153/16, do deputado Sibá Machado; Requerimento nº 154/16, da deputada Luciana Santos; e Requerimento nº 155/16, da deputada Margarida Salomão.

CONVIDADOS:

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

LUIZ DAVIDOVICH

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

HELENA NADER

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

SERGIO LUIZ GARGIONI

Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap)

Representante:

LUIZ CARLOS CAMPOS NUNES

Secretário-executivo do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap)

FRANCILENE GARCIA

Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti)

Representante:

INÁCIO ARRUDA

Secretário da Ciência e Tecnologia e Educação Superior do estado do Ceará

MARIA LUCIA CAVALLI NEDER

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

Representante:

GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA BALDUINO

Secretário-executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

DIA 21/06/16 – 13ª REUNIÃO



Foto: Flávio Soares / CD

TEMA: "Debate sobre o Projeto de Lei nº 7.804, de 2014, que institui a Lei de Dados Abertos" (Requerimento nº 94/15, dos deputados Roberto Alves e Margarida Salomão; e Requerimento nº 105/15, do deputado Evandro Gussi).

CONVIDADOS:

DYOGO OLIVEIRA

Ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Representante:

ELISE SUELI PEREIRA GONÇALVES

Coordenadora-geral de Dados e Serviços Públicos Digitais da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | Representante do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (Inda)

AROLDO CEDRAZ

Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)

Representante:

RAFAEL ALBUQUERQUE DA SILVA

Diretor de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União (TCU)

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Ausente

Deputada ANA CUNHA

Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale)

Ausente

ELISE SUELI PEREIRA GONÇALVES

Coordenadora-geral de Dados e Serviços Públicos Digitais da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | Representante do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (Inda)

DIA 22/11/16 – REUNIÃO CONJUNTA



Foto: Billy Boss / CD

TEMA: "Recuperação judicial da operadora Oi de telefonia". Evento em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor - CDC, promotora (Requerimento nº 165/16, dos deputados Eduardo Cury, Hélio Leite e Silas Câmara - CCTCI; e Requerimentos nºs 110/16, do deputado Bruno Covas, 111/16, do deputado Deley, e 112/16, da deputada Maria Helena - CDC).

CONVIDADOS:

JUAREZ QUADROS

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

CLEYBER CORREIA LIMA

Advogado representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal (OAB/DF)

ARMANDO LUIZ ROVAI

Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon/MJ)

Representante:

GUSTAVO GONÇALINHO DA MOTA GOMES

Coordenador-geral substituto de Estudo e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) | Ministério da Justiça (MJ)

MARILENA LAZZARINI

Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Representante:

RAFAEL AUGUSTO FERREIRA ZANATTA

Pesquisador em telecomunicações do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

YÉDA GLAUCE SILVA PAÚRA

Secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (Sinttel-Rio)

Representante:

LUÍS ANTONIO SOUZA DA SILVA

Coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (Sinttel-Rio)

MARCO NORCI SCHRÖEDER

Diretor-presidente da Oi

Representante:

CARLOS EDUARDO MONTEIRO DE MORAIS MEDEIROS

Diretor de Regulação e Assuntos Institucionais da Oi

MARIA SILVIA BASTOS MARQUES

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Ausente

OUTROS PARTICIPANTES:

ANTONIO RABELO
Diretor da Oi

PAULO PENALVA
Consultor jurídico da Oi

DIA 06/12/16 – 26ª REUNIÃO



Foto: Lucio Bernardo Jr./CD

TEMA: "Debate acerca do Projeto de Lei nº 4.851, de 2016, que trata da avaliação e monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet, bem como a respeito de sua importância para o ensino público" (Requerimento nº 181/16, do deputado JHC).

CONVIDADOS:

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic)

Representante:

AMÉRICO TRISTÃO BERNARDES

Diretor do Departamento de Inclusão Digital da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic)

HARTMUT RICHARD GLASER

Secretário-executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Representante:

FABIO SENNE

Coordenador de pesquisas do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br)

ANNA PENIDO

Diretora-executiva do Instituto Inspirare

RONALDO LEMOS

Cofundador e diretor do Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio (ITS Rio)

LÚCIA DELLAGNELO

Diretora-presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb)

MÁRCIA MARIA PEREIRA

Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental - Complexo Educacional (Emefce) Professora Maria Meduneckas, em Barueri (SP)

DIA 13/12/16 – 28ª REUNIÃO



Foto: Christiano de Lima Silva/CD

TEMA: "Debate sobre o Projeto de Lei nº 2.390, de 2015, que altera a Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990, criando o Cadastro Nacional de Acesso à Internet" (Requerimento nº 106/15, dos deputados Luiza Erundina, Margarida Salomão, Afonso Motta, Jorge Tadeu Mudalen, Roberto Alves e Sandro Alex).

CONVIDADOS:

ALEXANDRE DE MORAES
Ministro de Estado da Justiça
Ausente

DEMI GETSCHKO
Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Representante:

CRISTINE HOEPERS

Gerente-geral do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br) | Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)

EDUARDO FUMES PARAJO
Diretor-presidente da Associação Brasileira de Internet (Abranet)

Representante:

CAROL CONWAY

Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet (Abranet)

VERIDIANA ALIMONTI
Membro da Coordenação Executiva do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes)

Representante:

BIA BARBOSA

Membro da Coordenação Executiva do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes)

THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA
Presidente da ONG SaferNet Brasil

SERGIO AMADEU DA SILVEIRA

Membro do coletivo Actantes

Ausente

DIA 15/12/16 – 30ª REUNIÃO



Foto: Vinicius Loures/CD

TEMA: "O contencioso entre a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Brasil sobre a política industrial do país, incluindo a Lei de Informática" (Requerimento nº 186/16, do deputado Celso Pansera).

CONVIDADOS:

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic)

MANOEL AUGUSTO CARDOSO DA FONSECA

Corregedor do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic)

DANIELA ARRUDA BENJAMIN

Chefe da Divisão de Contenciosos Comerciais (Dccom) do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

General de Exército JOAQUIM SILVA E LUNA

Secretário-geral do Ministério da Defesa

Representante:

Capitão de fragata ALEX QUEIROZ PEREIRA

HUMBERTO BARBATO

Presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)

GIANNA SAGAZIO

Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Representante:

SORAYA SAAVEDRA ROSAR

Gerente-executiva de Relações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

BENITO PARET

Presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro (TI Rio)

OUTROS PARTICIPANTES:

General de divisão ADERICO VISCONTE PARDI MATTIOLI

Assessor para Assuntos Institucionais do Departamento de Ciência e Tecnologia do Comando do Exército

JOSÉ GONTIJO

Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic)

ROBERTO PINTO MARTINS

Secretário de Telecomunicações do então Ministério das Comunicações (MC)

2.2 – SEMINÁRIOS

DIA 07/07/16 (CONJUNTO)



Foto: Antonio Augusto / CD

LOCAL: Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados

HORÁRIO: 9h

TEMA: "O tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural (Projeto de Lei nº 5.276, de 2016)". Evento em conjunto com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - Ctas, promotora (Requerimento nº 160/16, dos deputados Sandro Alex e Margarida Salomão, e Requerimento nº 163/16, da deputada Margarida Salomão - CCTCI; Requerimento nº 127/16, do deputado Orlando Silva, e Requerimento nº 134/16, dos deputados Nelson Marchezan Junior e outros - Ctas).

PROGRAMAÇÃO

MESA I

CONVIDADOS:

ARMANDO LUIZ ROVAI

Secretário Nacional do Consumidor | Ministério da Justiça (Senacon/MJ)

Representante:

IGOR RODRIGUES BRITTO

Coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) | Ministério da Justiça (MJ)

VLADIMIR BARROS ARAS

Procurador regional da República e secretário de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal (MPF)

EDUARDO PARAJO

Presidente da Associação Brasileira de Internet (Abranet)

Representante:

CAROL CONWAY

Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet (Abranet)

SERGIO PAULO GALLINDO

Presidente-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brascom)

JOANA VARON

Diretora fundadora da organização Coding Rights

Representante:

PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM

Jurista e fundador do Instituto Beta para Internet e Democracia

RAFAEL AUGUSTO FERREIRA ZANATTA

Pesquisador em telecomunicações do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES

Conselheira do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Ausente

MESA II

CONVIDADOS:

LUIZ CARLOS TRABUÇO CAPPE

Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)

Representante:

ANTÔNIO CARLOS DE TOLEDO NEGRÃO

Diretor jurídico da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

EFRAIM KAPULSKI

Presidente da Associação Brasileira de Marketing Direto (Abemd)

MÁRIO VIOLA

Especialista em proteção de dados pessoais e consultor da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg)

SERGIO AMADEU DA SILVEIRA

Membro do coletivo Actantes

BRUNO RICARDO BIONI

Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPopAI) | Universidade de São Paulo (USP)

DANILO DONEDA

Especialista em proteção de dados pessoais

Representante:

MARÍLIA DE AGUIAR MONTEIRO

Pesquisadora do Projeto "Privacidade Brasil"

VANESSA BUTALLA

Diretora da Associação Nacional de Bureaus de Crédito (ANBC)

CAIO CÉSAR CARVALHO LIMA

Professor da Escola Paulista de Direito (EPD) e da Faculdade de Informática e Administração Paulista (Fiap)

DIA 02/08/16 (CONJUNTO)

LOCAL: Plenário 3 | Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal

HORÁRIO: 8h45-12h

TEMA: "O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação: Instrumentação de ambiente menos propenso a crises - Debate sobre a Lei nº 13.243, de 2016" (Requerimento nº 170/16, do deputado Celso Pansera e outros - CCTCI/CD; e Requerimento nº 29/16, do senador Cristovam Buarque - CCT/SF).

REALIZAÇÃO:

- Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados
- Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal
- Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação da Câmara dos Deputados

8h45 | Plenário 3, Ala Senador Alexandre Costa (SF)



Foto: Pedro França / Agência Senado

PROGRAMAÇÃO

ABERTURA

“Evolução e significado do Marco Legal da CT&I”
(8h45-10h30)

PROVOCAÇÃO INICIAL

(8h45-9h)

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Autor do requerimento de criação da comissão temporária para acompanhamento da regulamentação do Marco Legal da CT&I na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal

PRESIDENTE: Senador LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal

CONVIDADOS:

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MENDONÇA FILHO

Ministro de Estado da Educação

Representante:

ABÍLIO BAETA NEVES

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

MARCOS PEREIRA

Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Representante:

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA

Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic)

Deputado ALEXANDRE LEITE

Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados

Representante:

Deputado IZALCI

Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação da Câmara dos Deputados

Deputado IZALCI
Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação da Câmara dos Deputados

ROBSON BRAGA DE ANDRADE
Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Representante:

MÔNICA MESSEMBERG GUIMARÃES
Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

HELENA NADER
Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

MESA I
“Aspectos relacionados com a base constitucional e a eficácia da legislação”
(10h30-12h)

COORDENADOR: Deputado IZALCI
Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação da Câmara dos Deputados

PALESTRANTES:

BRUNO MONTEIRO PORTELA
Consultor jurídico do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic)

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic)

HELENA NADER
Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

GIANNA SAGAZIO
Diretora de Inovação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

JORGE LUIS NICOLAS AUDY
Presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec)

Representante:

JOSÉ ALBERTO SAMPAIO ARANHA
Vice-presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec)

FERNANDO PEREGRINO
Vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies)

14h | Plenário 13, Anexo II (CD)



Foto: Lúcio Bernardo Júnior / CD

MESA II

“Desafios a concretizar”
(14h-15h30)

COORDENADOR: Senador PEDRO CHAVES

PALESTRANTES:

LUIZ FERNANDO FAUTH

Secretário-executivo substituto do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic)

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA

Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic)

LUIZ DAVIDOVICH

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

FRANCILENE GARCIA

Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti)

SERGIO LUIZ GARGIONI

Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap)

ENCERRAMENTO

“Conclusões e encaminhamentos finais”
(15h30-17h)

RELATO FINAL

(15h30-16h)

PRESIDENTE | RELATOR: Deputado CELSO PANSERA

Autor do requerimento de criação da subcomissão especial para acompanhamento da regulamentação do Marco Legal da CT&I na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados

CONVIDADOS:

LUIZ DAVIDOVICH

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Reitora MARIA LUCIA CAVALLI NEDER

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

Substituta:

Reitora ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

Reitora ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO
Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem)

HUMBERTO LUIZ DE RODRIGUES PEREIRA
Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei)

Representante:

LUIZ EUGÊNIO ARAÚJO DE MORAES MELLO
Vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei)

CRISTINA QUINTELLA
Presidente da Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec)

2.3 – OUTROS EVENTOS

DIA 23/06/16



Foto: divulgação / Anatel

EVENTO: Audiência pública promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) | “O uso das faixas de radiofrequências de 18,1 GHz a 18,6 GHz e de 27,9 GHz a 28,4 GHz por sistemas do Serviço Fixo por Satélite (SFS)” | Representou a comissão o consultor legislativo da Câmara dos Deputados Fabio Luis Mendes.

LOCAL/HORÁRIO: Anatel - SAUS Quadra 6, Bloco E, Auditório do 2º andar | Brasília-DF | 9h30

DIA 06/07/16



Foto: Zeca Ribeiro / CD

EVENTO: Cerimônia de aposição do retrato do deputado Fábio Sousa na galeria dos ex-presidentes da comissão.

LOCAL/HORÁRIO: Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados | 9h30

DIA 20/09/16



Foto: divulgação / deputado Alexandre Leite

EVENTO: Solenidade de abertura da ICT Week 2016, promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic). Participou o presidente Alexandre Leite.

LOCAL/HORÁRIO: Auditório da Universidade dos Correios - SCEN Trecho 2, s/nº, Asa Norte | Brasília-DF | 9h

DIA 03/10/16



Foto: divulgação / deputado Izalci

EVENTO: Solenidade de abertura da WCIT 2016 | 20º Congresso Mundial de Tecnologia da Informação, promovido pela Aliança Mundial de Tecnologia da Informação e Serviços (Witsa) e pela Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro). Participou o deputado Izalci.

LOCAL/HORÁRIO: Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) - SCES Trecho 2, Asa Sul | Brasília-DF | 9h

DIA 17/10/16



Foto: Deli Dias / CD

EVENTO: Solenidade de abertura do Futurecom 2016. Participou o deputado Vitor Lippi.

LOCAL/HORÁRIO: Transamérica Expo Center | São Paulo-SP | 9h

DIA 18/10/16



Foto: Agência Brasil / EBC

EVENTO: Cerimônia de abertura da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2016 – “Ciência alimentando o Brasil” –, promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic). Participou o deputado Celso Pansera.

LOCAL/HORÁRIO: Mctic | Brasília-DF | 18h

DIA 11/11/16



Foto: divulgação / deputado Alexandre Leite

EVENTO: Salão do Automóvel de 2016. Participou o presidente Alexandre Leite.

LOCAL: Expo São Paulo | São Paulo-SP

DIAS 14 a 17/11/16



Foto: divulgação / deputado Rômulo Gouveia

EVENTO: 4ª Conferência Internacional de Segurança Pública e Cyber - HLS&CYBER 2016. Participaram os deputados Marcelo Aguiar e Rômulo Gouveia.

LOCAL: Tel Aviv | Israel

DIA 22/11/16



Foto: Antonio Augusto / CD

EVENTO: Visita oficial de delegação parlamentar da República Popular da China. Participaram os deputados Jorge Tadeu Mudalen, 1º vice-presidente, Vitor Lippi e José Rocha.

LOCAL/HORÁRIO: Sala de reuniões da Mesa Diretora | Câmara dos Deputados | Brasília-DF | 10h

DIA 22/11/16



Foto: Paul Jhonathan / deputado Jorge Tadeu Mudalen

EVENTO: Cerimônia de abertura do Painel TELEBRASIL 2016. Participou o deputado Jorge Tadeu Mudalen, 1º vice-presidente.

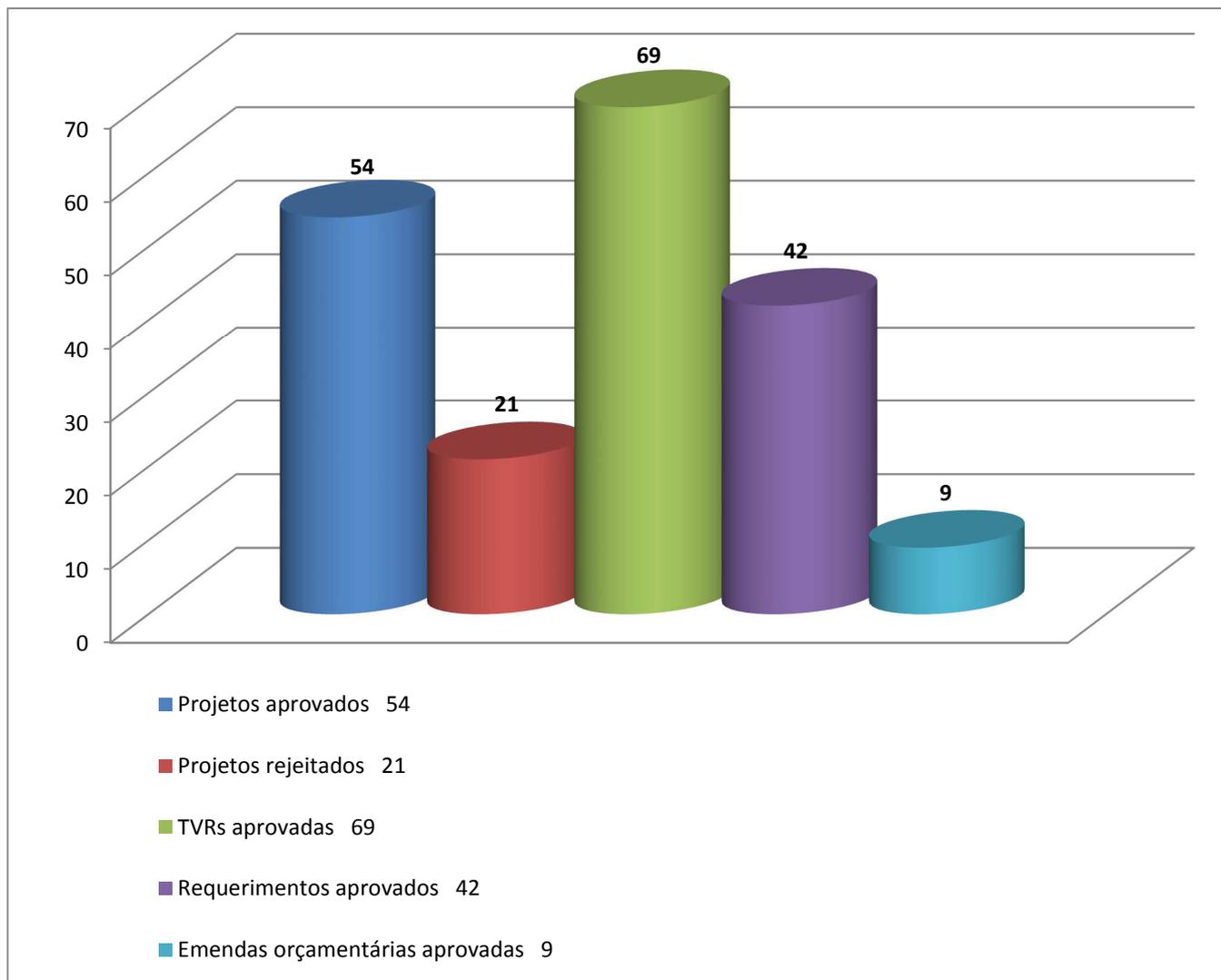
LOCAL/HORÁRIO: Royal Tulip Alvorada | Brasília-DF | 19h

DIA 02/12/16

EVENTO: Visita técnica conjunta com a Comissão de Educação ao Polo de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação de Quixadá (CE).

LOCAL/HORÁRIO: Quixadá-CE | 9h

3 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS (2)



SIGLAS (Capítulos 3 e 4)	
PDC	- Projeto de decreto legislativo
PFC	- Proposta de fiscalização e controle
PL	- Projeto de lei
REQ	- Requerimento
TVR	- Ato de concessão ou renovação de concessão de emissora de rádio e televisão

(2) Incluídos os projetos apensados.

3.1 – PROJETOS

DIA 11/05/16 – 3ª REUNIÃO

PL Nº 671/15 - do Sr. William Woo - que “Obriga as operadoras de telefonia fixa e móvel ao pagamento de multa em razão de danos decorrentes da ineficiência em garantir a privacidade de seus usuários”.

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 18/05/16 – 4ª REUNIÃO

PL Nº 5.107/13 - do Sr. Aureo - que “Altera as Leis nº 10.865, de 30 de abril de 2004; nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; nº 10.052, de 28 de novembro de 2000; nº 5.070, de 7 de julho de 1966; nº 11.652, de 7 de abril de 2008; e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, reduzindo a zero as alíquotas de Pis/Pasep e Cofins incidentes sobre a comercialização dos serviços de telefonia móvel pessoal na modalidade pré-paga e isentando o pagamento de FUST, Funttel, Fistel, Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e Condecine sobre a prestação desses serviços”.

RELATOR: deputado BILAC PINTO

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PDC Nº 53/15 - da CREDN - que “Aprova o texto do Acordo para Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações, assinado em Lima, em 11 de março de 2013”.

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 1º/06/16 – 8ª REUNIÃO

PL Nº 7.354/10 - do Sr. Julio Delgado - que “Dispõe sobre a compensação a clientes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no caso de atraso ou extravio de objeto postal”.

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA

PARECER: pela aprovação, com emenda

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 6.355/13 - do Sr. Wellington Roberto - que “Altera o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e a Lei do Fust, Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, dispendo sobre o uso do código rápido (QR) e aumentando os objetivos do Fust”.

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PARECER: pela aprovação deste e da emenda da CDC

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 261/15 - do Sr. Rubens Bueno - que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre a obrigatoriedade de recolhimento, pelas concessionárias, das contribuições previdenciárias e para o FGTS”.

RELATOR: deputado PAULÃO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PDC Nº 139/15 - da CREDN - que “Aprova o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997”.

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.315/15 - do Sr. Enio Verri - que "Altera a Lei nº 10.703, de 18 de julho de 2003, que dispõe sobre o cadastro de celular pré-pagos, determinando a apresentação de documentos com foto no ato da compra de chips".

RELATOR: deputado VITOR LIPPI

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 3.453/15 - do Sr. Daniel Vilela - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, permitindo à Anatel alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização".

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela aprovação, com emendas

APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS LUIZA ERUNDINA, SIBÁ MACHADO, MARGARIDA SALOMÃO, PAULÃO, AFONSO MOTTA E FLAVINHO

DIA 21/06/16 – 12ª REUNIÃO

PL Nº 117/15 - do Sr. Juscelino Rezende Filho - que "Institui a Política Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Farmacêutico".

RELATORA: deputada RENATA ABREU

PARECER: pela aprovação

APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS SIBÁ MACHADO, LUIZA ERUNDINA E MARGARIDA SALOMÃO

DIA 06/07/16 – 15ª REUNIÃO

PL Nº 70/15 - do Sr. Pompeo de Mattos - que "Altera o art. 45 da Lei nº 6.538, de 22/06/1978, sobre serviços postais e dá outras providências".

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.006/15 - do Sr. Tenente Lúcio - que "Altera a Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para facultar ao cidadão a Certificação Digital dos documentos de porte obrigatório descritos no Código".

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

PARECER: pela aprovação, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.041/15 - do Sr. Carlos Bezerra - que "Acrescenta inciso ao § 4º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, para incluir entre os serviços de Tecnologia da Informação e de Tecnologia da Informação e Comunicação o treinamento em informática".

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

PARECER: pela aprovação, com emenda

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.802/15 - do Sr. Pauderney Avelino - que "Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal".

RELATOR: deputado SILAS CÂMARA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 13/07/16 – 17ª REUNIÃO

PL Nº 3.396/08 - do Sr. Eduardo Cunha - que "Dispõe sobre a comercialização de equipamentos de radiação".

RELATOR: deputado SÓSTENES CAVALCANTE

PARECER: pela aprovação, com emenda

APROVADO, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO PAULÃO

PL Nº 5.074/16 - do Senado Federal - que "Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet".

RELATOR: deputado FERNANDO MONTEIRO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 23/08/16 – 18ª REUNIÃO

PL Nº 3.684/04 - do Sr. Carlos Eduardo Cadoca - que "Dispõe sobre medidas creditícias de incentivo às empresas de desenvolvimento de programas de computador livres". (Apensado: PL nº 2.469/07)

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL nº 2.469/07

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 465/11- do Sr. Roberto Britto - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura do serviço móvel em chamadas roaming ao longo de estradas federais".

RELATOR: deputado VITOR LIPPI

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.080/11 - do Sr. Wilson Filho - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, de material educativo sobre o combate ao uso de drogas ilícitas".

RELATOR: deputado MARCELO AGUIAR

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1/12, 2/12 e 3/12

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 750/15 - do Sr. Rogério Peninha Mendonça - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as concessionárias de telefonia a instalar pontos de acesso sem fio à Internet em todos os equipamentos de telefonia públicos".

RELATOR: deputado BILAC PINTO

PARECER: pela rejeição

APROVADO O PARECER, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA E MARCELO AGUIAR

DIA 30/08/16 – 19ª REUNIÃO

PL Nº 1.337/03 - do Sr. Wladimir Costa - que "Acrescenta parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências", a fim de proibir a concessão de registro provisório". (Apensado: PL nº 5.046/13)

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PARECER: pela aprovação deste, do PL nº 5.046/13, apensado, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1/11, da CCTCI, com complementação de voto

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 7.309/10 - do Sr. Silas Câmara - que "Dispõe sobre o direito de acesso gratuito dos órgãos de segurança ao rádio e à televisão, e dá outras providências".

RELATOR: deputado SÓSTENES CAVALCANTE

PARECER: pela aprovação, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PDC Nº 782/12 - do Sr. Arnaldo Faria de Sá - que "Revoga a aplicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, do Ministério das Comunicações".

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 5.596/13 - do Sr. Major Fábio - que "Proíbe o uso de aplicativos e redes sociais na internet para alertar motoristas sobre a ocorrência de blitz de trânsito". (Apensado: PL nº 5.806/13)

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela aprovação deste e do PL nº 5.806/13, apensado, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 613/15 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para obrigar as operadoras de telefonia a proceder à religação de chamadas perdidas a central de atendimento do serviço".

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela aprovação deste nos termos do substitutivo da CDC

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 1.407/15 - do Sr. Aureo - que "Dispõe sobre a prestação do serviço de telefonia móvel em regime público".

RELATOR: deputado FLAVINHO

PARECER: pela aprovação, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 3.237/15 - do Sr. Vinicius Carvalho - que "Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, dispondo sobre a guarda dos registros de conexão à internet de sistema autônomo".

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição da Emenda nº 1/15

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 3.763/15 - do Sr. André Abdon - que "Dispõe sobre o uso de software aplicativos em território nacional".

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 4.553/16 - do Sr. Elizeu Dionizio - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação do Código de Defesa do Consumidor em computadores comercializados no território nacional".

RELATOR: deputado MARCELO AGUIAR

PARECER: pela aprovação deste e dos PLs nºs 4.554/16 e 4.556/16, apensados, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 5.425/16 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "Dispõe sobre deduções de imposto de renda referentes a doações a programas, projetos e atividades de ciência, tecnologia e inovação".

RELATOR: deputado CELSO PANSERA

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 13/09/16 – 20ª REUNIÃO

PL Nº 560/15 - do Sr. Alfredo Nascimento - que "Dispõe sobre critério para a concessão de bolsas pelas agências federais de fomento à pesquisa".

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 1.984/15 - do Sr. Alex Manente - que "Torna obrigatória, na transmissão de evento esportivo ou cultural, a disponibilização de tempo no rádio e televisão para divulgação institucional da Cidade sede do evento".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.490/15 - do Sr. Veneziano Vital do Rego - que "Modifica as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 5.070, de 7 de julho de 1966, instituindo medidas de estímulo às operadoras de telefonia móvel de pequeno e médio porte".

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.974/15 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "Acrescenta o art. 47-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e o art. 21-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para criar serviços telefônicos gratuitos de emergência para o atendimento a idosos e a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida". (Apensado: PL nº 3.577/15)

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA

PARECER: pela aprovação deste, do PL nº 3.577/15, apensado, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 3.434/15 - do Senado Federal - que "Altera o art. 175 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações".

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela aprovação, com emenda e complementação de voto

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 05/10/16 – 21ª REUNIÃO

PL Nº 702/11 - do Sr. Marcelo Matos - que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, restringindo a veiculação de propaganda de produtos infantis".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 7.553/14 - do Sr. Marcos Rogério - que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para permitir a divulgação de imagem de criança e adolescente a quem se atribua ato infracional, e dá outras providências". (Apensado: PL nº 79/15)

RELATOR: deputado CLAUDIO CAJADO

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL nº 79/15, apensado

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.611/15 - do Sr. Marcos Soares - que "Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir a possibilidade de adaptação das outorgas do Serviço de TV por Assinatura - TVA, criado pelo Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988, para serviços de radiodifusão de sons e imagens". (Apensado: PL nº 3.490/15)

RELATOR: deputado JORGE TADEU MUDALEN

PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição do PL nº 3.490/15, apensado

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.868/15 - do Sr. Vinicius Carvalho - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de pregão eletrônico para a comercialização dos direitos de transmissão dos jogos das seleções brasileiras de qualquer modalidade esportiva".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PARECER: pela rejeição

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 3.357/15 - do Sr. Vicentinho Júnior - que "Dispõe sobre o crime de invadir dispositivo informático, sem a devida autorização, modificando conteúdo de sítio da internet". (Apensados: PLs nºs 4.093/15, 5.200/16 e 5.842/16)

RELATOR: deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO

PARECER: pela aprovação deste e dos PLs nºs 4.093/15, 5.200/16 e 5.842/16, apensados, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 4.091/15 - do Sr. Marcelo Belinati - que "Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, assegurando ao consumidor a proteção quanto a entrega de equipamentos a Prestadora de Serviço TV a cabo, evitando os aborrecimentos provocados pela prestadora que liga querendo o aparelho de volta e não toma as providências para buscar".

RELATOR: deputado GILBERTO NASCIMENTO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 09/11/16 – 24ª REUNIÃO

PL Nº 2.566/96 - do Senado Federal - que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências".

RELATORA: deputada RENATA ABREU

PARECER: pela aprovação deste e dos PLs nºs 1.624/96, 3.215/97, 1.563/03, 1.749/03, 1.768/07, 2.594/00, 1.222/07 e 2.095/07, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs nºs 4.158/98, 3.313/00, 2.998/08, 2.999/08, 2.568/96 e 2.573/07, igualmente apensados

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 7.004/13 - do Sr. Vicente Candido - que "Altera a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que "dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências".

RELATOR: deputado SILAS CÂMARA

PARECER: pela aprovação, com substitutivo

Aprovado por unanimidade o parecer

PPL Nº 1.792/15 - do Sr. Veneziano Vital do Rêgo - que "Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, reduzindo a zero a alíquota do Imposto de Importação na aquisição de equipamentos destinados a produzir conteúdos audiovisuais para canais de TV por assinatura de abrangência estadual".

RELATOR: deputado SILAS CÂMARA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PPL Nº 2.730/15 - da Sra. Luciana Santos - que "Dispõe sobre a reserva de canais para a União no SBTVD-T - Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre".

RELATOR: deputado JORGE TADEU MUDALEN

PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO: pela aprovação, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER, COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

DIA 23/11/16 – 25ª REUNIÃO

PL Nº 4.559/16 - do Sr. Lobbe Neto - que "Dispõe sobre o reajuste anual das bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa".

RELATOR: deputado MARCOS SOARES

PARECER: pela aprovação, com emendas

APROVADO, CONTRA O VOTO DA DEPUTADA LUIZA ERUNDINA

DIA 07/12/16 – 27ª REUNIÃO

PDC Nº 272/15 - do Sr. Takayama - que "Revoga o §3º e o §4º, do artigo 11, e o artigo 12, da Portaria n.º 231, de 7 de agosto de 2013, de 8/8/2013 e, revoga, a nota técnica n.º 10.049/2014/SEI-MC, encaminhado à Anatel pelo Ofício n.º 10.839/2014/SEI-MC, todos do Ministério das Comunicações, e dá outras providências".

RELATORA: deputada TIA ERON

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 2.035/15 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "Modifica a lei nº 12.485, de 2011, que trata da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para vedar o uso de aparelho decodificador exclusivo".

RELATOR: deputado FRANCISCO FLORIANO

PARECER: pela rejeição

APROVADO, CONTRA O VOTO DA DEPUTADA LUIZA ERUNDINA

DIA 14/12/16 – 29ª REUNIÃO

PL Nº 4.613/16 - do Sr. Ságuas Moraes - que "Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos para instituições de ensino superior ou suas mantenedoras".

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

PARECER: pela aprovação, com emenda

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

PL Nº 4.713/16 - do Sr. Felipe Maia - que "Altera a redação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para determinar que o acesso ao demonstrativo a que se refere o art.116 se dará por meio da rede bancária".

RELATOR: deputado MARCELO AGUIAR

PARECER: pela aprovação deste e da Emenda nº 1/16 apresentada ao substitutivo, com substitutivo

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

3.2 – TVRs

DIA 18/05/16 – 4ª REUNIÃO

TVR Nº 15/15 - do Poder Executivo - (MSC 341/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 463, de 05 de junho de 2014, que outorgar autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaituba, Estado do Pará".

RELATOR: deputado HÉLIO LEITE

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 01/06/16 – 8ª REUNIÃO

TVR Nº 630/13 - do Poder Executivo - (MSC 137/2013) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 400, de 12 de setembro de 2011, que outorga permissão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Londrina, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 39/15 - do Poder Executivo - (MSC 584/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 467, de 30 de abril de 2015, que renova a autorização outorgada à RC FM - Rádio Comunitária de Itambé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itambé, Estado de Pernambuco".

RELATOR: deputado JOÃO DANIEL

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 48/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 32, de 06 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Rio Forte de Apoio a Comunicação e Cultura, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Centenário, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado ALEXANDRE LEITE

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 53/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 765, de 06 de maio de 2015, que autoriza a Associação Comunitária e Artística do Litorá - Acal, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Balneário Barra do Sul, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado JOSUÉ BENGTON

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 13/07/16 – 16ª REUNIÃO

TVR Nº 1/15 - do Poder Executivo - (MSC 339/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 476, de 20 de junho de 2014, que outorga permissão à Universidade Regional do Cariri - URCA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Crato, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado ALEXANDRE VALLE

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 4/15 - do Poder Executivo - (MSC 340/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 109, de 05 de fevereiro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abaetetuba, Estado do Pará".

RELATOR: deputado HÉLIO LEITE

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 35/15 - do Poder Executivo - (MSC 584/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 461, de 05 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Francisco de Paula, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado BENITO GAMA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 36/15 - do Poder Executivo - (MSC 584/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 462, de 30 de abril de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Mamma Bianca para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Valparaíso, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado VICTOR MENDES

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 37/15 - do Poder Executivo - (MSC 584/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 463, de 06 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Camaragibe, Estado de Pernambuco".

RELATOR: deputado FABIO REIS

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 38/15 - do Poder Executivo - (MSC 584/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 466, de 18 de março de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Farroupilha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 40/15 - do Poder Executivo - (MSC 584/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 469, de 05 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada à Race FM - Rádio Comunitária Educadora FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita, Estado da Paraíba".

RELATOR: deputado ELIZEU DIONIZIO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 54/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 880, de 05 de maio de 2015, que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Bauru, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bauru, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado CELSO PANSERA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 55/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 882, de 05 de maio de 2015, que autoriza a Associação Comunitária de Integração Social e Cultural de Estreito, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Estreito, Estado do Maranhão".

RELATOR: deputado FRANCISCO FLORIANO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 57/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 885, de 06 de maio de 2015, que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária Estação Quinta, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado NILSON PINTO
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 59/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.365, de 07 de abril de 2015, que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura Caicoense, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado FRANKLIN LIMA
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 66/16 - do Poder Executivo - (MSC 587/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 99, de 13 de fevereiro de 2015, que outorga permissão o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Campina Grande, Estado da Paraíba".

RELATOR: deputado MARINALDO ROSENDO
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 72/16 - do Poder Executivo - (MSC 215/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de dezembro de 2015, que renova a concessão outorgada à RBS TV Bagé Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado JOSUÉ BENGTON
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 75/16 - do Poder Executivo - (MSC 216/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 769, de 25 de agosto de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Vanguarda do Vale do Aço Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado VICTOR MENDES
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 76/16 - do Poder Executivo - (MSC 216/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 514, de 06 de dezembro de 2011, que renova a permissão outorgada à Organização Radiodifusão de Cesário Lange Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cesário Lange, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado FABIO REIS
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 80/16 - do Poder Executivo - (MSC 217/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 471, de 20 de junho de 2014, que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Parnaíba, Estado do Piauí".

RELATOR: deputado JORGE TADEU MUDALEN
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 82/16 - do Poder Executivo - (MSC 217/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 475, de 20 de junho de 2014, que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe - FUFSS para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Itabaiana, Estado de Sergipe".

RELATOR: deputado JULIO LOPES
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 85/16 - do Poder Executivo - (MSC 217/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2048, de 14 de maio de 2015, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFAL para explorar,

pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas".

RELATOR: deputado ROBERTO ALVES

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 86/16 - do Poder Executivo - (MSC 217/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2077, de 14 de maio de 2015, que outorga permissão à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jequié, Estado da Bahia".

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 87/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 460, de 09 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão".

RELATOR: deputado MARCELO AGUIAR

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 88/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 464, de 05 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Teresense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: deputado ERIVELTON SANTANA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 91/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 743, de 09 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Igaci, Estado de Alagoas".

RELATOR: deputado ROBERTO ALVES

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 92/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2019, de 09 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Anicuns, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado VITOR LIPPI

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 93/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2828, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Iati para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iati, Estado de Pernambuco".

RELATOR: deputado CELSO PANSERA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 95/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2940, de 12 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio MG para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capitólio, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 96/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2945, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Belavistense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado FÁBIO FARIA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 99/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2967, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itarema, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado FRANCISCO FLORIANO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 103/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3149, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Barra, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado SILAS CÂMARA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 105/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3424, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Clube do Machadinho de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado FRANKLIN LIMA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 107/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3591, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pratinha, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado PAULÃO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 111/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3600, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 112/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3603, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado GOULART

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 113/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3611, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso".

RELATOR: deputado JOÃO DANIEL
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 119/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3633, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marcelândia, Estado do Mato Grosso".

RELATOR: deputado VITOR VALIM
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 187/16 - do Poder Executivo - (MSC 232/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 106, de 19 de abril de 2013, que outorga permissão à FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagarto, Estado de Sergipe".

RELATOR: deputado CELSO PANSERA
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 189/16 - do Poder Executivo - (MSC 232/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 110, de 19 de abril de 2013, que outorga permissão à LB - Sistema de Comunicação do Vale Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado VICTOR MENDES
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 191/16 - do Poder Executivo - (MSC 232/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 221, de 18 de julho de 2013, que outorga permissão à Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Tamarana, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado VITOR LIPPI
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 195/16 - do Poder Executivo - (MSC 259/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 671, de 06 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão-ACVR para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Contagem, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado CELSO PANSERA
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 23/08/16 – 18ª REUNIÃO

TVR Nº 11/15 - do Poder Executivo - (MSC 341/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 425, de 22 de maio de 2014, que outorga autorização à Associação Beneficente dos Moradores da Rua Antônio Carneiro da Fonseca e Ruas Circunvizinhas de Araruna - ABMAC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Araruna, Estado da Paraíba".

RELATOR: deputado FABIO REIS
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 47/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 30, de 06 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Comunitária de Catuti a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Catuti, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado ERIVELTON SANTANA
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 49/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 34, de 06 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Rio Doce a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aparecida do Rio Doce, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado IZALCI
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 58/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.358, de 30 de abril de 2015, que autoriza a Associação Comunitária Juriti, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Acaraú, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado AFONSO MOTTA
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 61/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.893, de 11 de maio de 2015, que autoriza a Associação Cultural de Guassussê a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Orós, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado MARCOS SOARES
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 63/16 - do Poder Executivo - (MSC 615/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de dezembro de 2015, que renova a concessão outorgada à Televisão Cabugi Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado LAUDIVIO CARVALHO
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 94/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2838, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho - ACRCEAB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado AFONSO MOTTA
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 100/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2969, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - Cohab para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tarauacá, Estado do Acre".

RELATOR: deputado MARCOS SOARES
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 114/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3612, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paracuru, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado IZALCI
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 121/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3635, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO
PARECER: pela aprovação
APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 179/16 - do Poder Executivo - (MSC 232/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 355, de 17 de agosto de 2011, que outorga permissão ao Sistema Norte de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Novo Gama, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado HÉLIO LEITE

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 185/16 - do Poder Executivo - (MSC 232/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 436, de 17 de outubro de 2012, que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Jaci, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado VITOR VALIM

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 192/16 - do Poder Executivo - (MSC 232/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 508, de 04 de fevereiro de 2016, que outorga permissão à Legal-Cat Catanduva Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Adélia, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado LAUDIVIO CARVALHO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 30/08/16 – 19ª REUNIÃO

TVR Nº 44/15 - do Poder Executivo - (MSC 585/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 79, de 13 de fevereiro de 2015, que outorga permissão à TV CHATEAUBRIAND LTDA. - EPP para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Maria do Cambucá, Estado de Pernambuco".

RELATOR: deputado ALEXANDRE LEITE.

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 65/16 - do Poder Executivo - (MSC 587/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 486, de 10 de julho de 2014, que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado HÉLIO LEITE

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 77/16 - do Poder Executivo - (MSC 216/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 56, de 03 de fevereiro de 2012, que renova a permissão outorgada à Arjona e Chaves Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Jataí, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado ALEXANDRE LEITE

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 118/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3631, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Meruoca, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado ALEXANDRE LEITE

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 13/09/16 – 20ª REUNIÃO

TVR Nº 43/15 - do Poder Executivo - (MSC 585/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 61, de 10 de fevereiro de 2012, que outorga permissão à DMP DESIGN MARKETING E PROPAGANDA LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Coari, Estado do Amazonas".

RELATOR: deputado LINDOMAR GARÇON

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 46/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 368, de 25 de abril de 2013, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural de Dois Riachos, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dois Riachos, Estado de Alagoas".

RELATOR: deputado AFONSO MOTTA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 106/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3555, de 05 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural do Município de Indiará para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Indiará, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado LINDOMAR GARÇON

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 05/10/16 – 21ª REUNIÃO

TVR Nº 52/16 - do Poder Executivo - (MSC 586/2015) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 364, de 25 de abril de 2014, que autoriza a Goiás Comunicação e Cultura, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 90/16 - do Poder Executivo - (MSC 218/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 648, de 09 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Autazes, Estado do Amazonas".

RELATORA: deputada RENATA ABREU

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 169/16 - do Poder Executivo - (MSC 230/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 163, de 20 de março de 2012, que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: deputada TIA ERON

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 178/16 - do Poder Executivo - (MSC 231/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6168, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Catalão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Catalão, Estado de Goiás".

RELATORA: deputada RENATA ABREU

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

TVR Nº 183/16 - do Poder Executivo - (MSC 232/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 376, de 28 de agosto de 2012, que outorga permissão a Comunicações Maranhenses Ltda.-ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Olho d'Água das Cunhãs, Estado do Maranhão".

RELATORA: deputada RENATA ABREU

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

DIA 23/11/16 – 25ª REUNIÃO

TVR Nº 174/16 - do Poder Executivo - (MSC 231/2016) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3628, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada ao Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto-MG para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado BENITO GAMA

PARECER: pela aprovação

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER

3.3 – REQUERIMENTOS

REQ Nº 138/15 - do Sr. Gilberto Nascimento - que "Requer informações sobre a quantidade de empresas estatais existentes no Brasil".
APROVADO, em 04/05/16, considerando-se as empresas estatais, bem como as fundações, vinculadas à União".

REQ Nº 139/16 - do Sr. JHC - que "Requer a constituição de subcomissão especial para debater a liberdade de acesso à internet no Brasil, a não limitação do acesso por franquias e para averiguar as condições em que se encontram os esforços desenvolvidos pelas operadoras para ampliar a infraestrutura capaz de fornecer acesso à internet móvel e fixa no país".
APROVADO em 13/07/16, com a inclusão do tema no escopo da Subcomissão Especial da Internet e do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, ora criada.

REQ Nº 140/16 - do Sr. JHC - que "Requer a realização de audiência pública [conjunta] para debater com a ANATEL, PROTESTE (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), operadoras e outras entidades a limitação da internet fixa".
APROVADO em 01/06/16, subscrito pelos deputados Vitor Lippi e Elizeu Dionizio, convertendo-se a audiência em evento conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC).
Evento realizado em 08/06/16

REQ Nº 141/16 - do Sr. Izalci - que "Requer a realização de audiência pública destinada ao debate sobre a 'Franquia de consumo nos planos de acesso à banda larga e fixa no Brasil- sua legalidade, restrição e intercorrência".
APROVADO em 18/05/16, subscrito pelos deputados Eduardo Cury e JHC, estendendo-se o convite a Basilio Perez, diretor de Regulação e Legislação da Abrint (Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações), e à Fitratel (Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações).
Evento realizado em 14/06/16

REQ Nº 142/16 - do Sr. Vitor Lippi - que "Requer, nos termos regimentais, a recriação da Subcomissão Especial de Telefonia Móvel e TV por Assinatura - SubtelTV, pelo prazo de 60 dias".
APROVADO em 21/06/16, subscrito pelos deputados Fábio Sousa, Hélio Leite e Renata Abreu.

REQ Nº 143/16 - dos Srs. Ariosto Holanda e Bilac Pinto - que "Requer a realização de um seminário em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério das Comunicações, Ministério da Saúde e da Frente Parlamentar da Ciência e Tecnologia com o objetivo de definir diretrizes metas e estratégias para implantação no país de um amplo programa de telemedicina".
APROVADO em 18/05/16, incluindo-se como convidados Ariosto Holanda e Marcelo de Oliveira Marques, presidente do Inatel (Instituto Nacional de Telecomunicações).

REQ Nº 146/16 - do Sr. Sandro Alex - (REQ 137/2015) - que "Requer a inclusão de convidado para a audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 702, de 2011, que 'Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, restringindo a veiculação de propaganda de produtos infantis".
APROVADO em 01/06/16.
Evento realizado em 24/05/16

REQ Nº 147/16 - do Sr. JHC - que "Requer a reinstalação da Subcomissão Especial do Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Nordeste".
APROVADO em 13/07/16, com a inclusão do tema no escopo da Subcomissão Especial da Internet e do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, ora criada.

REQ Nº 148/16 - do Sr. Sibá Machado - (PL 3.237/2015) - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 3.237/2015, que altera o Marco Civil da Internet, Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, dispondo sobre a guarda dos registros de conexão à internet de sistema autônomo".
APROVADO em 01/06/16.

REQ Nº 150/16 - do Sr. Sibá Machado - (PL 4.060/2012) - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 4060/2012, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, e dá outras providências".
APROVADO em 01/06/16.

REQ Nº 151/16 - do Sr. Sibá Machado - (PL 1.676/2015) - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 1676/2015, que tipifica o ato de fotografar, filmar ou captar a voz de pessoa, sem autorização ou sem fins lícitos, prevendo qualificadoras para as diversas formas de sua divulgação e dispõe sobre a garantia de desvinculação do nome, imagem e demais aspectos da personalidade, publicados na rede mundial de computadores, internet, relativos a fatos que não possuem, ou não possuem mais, interesse público".
APROVADO em 01/06/16, com a inclusão da Associação Brasileira de Internet (AbraNet).

REQ Nº 152/16 - do Sr. Celso Pansera - que "Requer a criação de Subcomissão Especial destinada a acompanhar e auxiliar na regulamentação da Lei nº 13.243, de 2016, Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação".

APROVADO em 13/07/16, com a inclusão do tema no escopo da Subcomissão Especial da Internet e do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, ora criada.

REQ Nº 153/16 - do Sr. Sibá Machado - (REQ 154/2016 e REQ 155/2016) - que "Requer a realização de audiência pública para debater sobre a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com o Ministério das Comunicações - MC, que de acordo com a Medida Provisória 726/2016, passa a ser denominado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações". (Apensados: REQs nºs 154/16 e 155/16).

APROVADO em 01/06/16, incluindo-se entre os convidados a reitora Maria Lucia Cavalli Neder, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Evento realizado em 15/06/16

REQ Nº 156/16 - da Sra. Renata Abreu - que "Requer visita técnica de Deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática à Estônia para verificar a experiência desse país em e-Democracia".

APROVADO em 21/06/16, subscrito pelo deputado Hélio Leite.

REQ Nº 157/16 - do Sr. Alexandre Leite - que "Requer a criação da Subcomissão Especial dos Crimes Cibernéticos para acompanhamento das evoluções sociais, tecnológicas e legislativas sobre a questão". Aditamento: subscrito pelo deputado Franklin Lima (RO de 21/06/16).

APROVADO em 13/07/16.

REQ Nº 158/16 - do Sr. Alexandre Leite - que "Requer a constituição de Subcomissão Permanente para fiscalizar a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL no seu papel de órgão regulador dos serviços de telecomunicações".

APROVADO em 13/07/16.

REQ Nº 159/16 - do Sr. Alexandre Leite - que "Requer a criação da Subcomissão Permanente do Marco Civil da Internet".

APROVADO em 13/07/16.

REQ Nº 160/16 - do Sr. Sandro Alex - (REQ 163/2016) - que "Requer a realização de audiência pública [convertido em seminário conjunto] para debater o Projeto de Lei nº 5.276, de 2016, que "Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural". (Apensado: REQ nº 163/16).

APROVADO em 21/06/16, subscrito pela deputada Margarida Salomão, com a conversão em seminário conjunto [com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - Ctasp] e a inclusão dos seguintes nomes entre os convidados: (a) Vladimir Barros Aras, procurador regional da República; (b) Pedro Markun, do Laboratório Hacker, da Câmara dos Deputados; (c) Paulo Rená, diretor do Instituto Beta para Internet e Democracia; (d) Danilo Doneda, especialista em proteção de dados pessoais; (e) Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br); (f) Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS); (g) Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervezes); e (h) Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPoPAI), da Universidade de São Paulo (USP).

Evento realizado em 07/07/16

REQ Nº 161/16 - do Sr. Sibá Machado - que "Requer a realização de Visita Técnica ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), do Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais (CNPEM), para conhecer as obras do Laboratório Sirius, na região do Polo de Alta Tecnologia de Campinas (SP)".

APROVADO em 21/06/16, subscrito pelo deputado Celso Pansera.

REQ Nº 162/16 - do Sr. Sibá Machado - que "Requer a realização de audiência pública para debater sobre o Programa Nuclear Brasileiro e solicita seja convidado o Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra, Eduardo Bacellar Leal Ferreira".

APROVADO em 13/07/16, subscrito pelos deputados Bilac Pinto, Hélio Leite e Silas Câmara.

REQ Nº 164/16 - do Sr. Marcelo Aguiar - que "Requer seja realizada uma visita de representantes desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática à Israel, para conhecer a tecnologia de ponta desenvolvida naquele país".

APROVADO em 13/07/16, subscrito pelos deputados Hélio Leite e Silas Câmara.

REQ Nº 165/16 - do Sr. Eduardo Cury - que "Solicita a realização de audiência pública com a presença do ex-Presidente da Oi S.A., Senhor Bayard Gontijo e da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, Senhor João Batista de Rezende, para que prestem esclarecimentos sobre as causas e as consequências do pedido de recuperação judicial para a manutenção das condições operacionais da companhia e para os usuários de seus serviços".

APROVADO em 13/07/16, subscrito pelos deputados Hélio Leite e Silas Câmara. Aditamento: aprovada a transformação em audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor - CDC (RO de 09/11/16).

Evento realizado em 22/11/16.

REQ Nº 166/16 - do Sr. Celso Pansera - que "Requer a realização de audiência pública para debater a implantação do Reator Multipropósito Brasileiro - RMB".

APROVADO em 13/07/16, subscrito pelo deputado Silas Câmara, admitida a substituição do nome do representante da Marinha.

REQ Nº 167/16 - dos Srs. Sibá Machado e outros - que "Requer a criação da Subcomissão Permanente sobre Radiodifusão Pública e Educativa".

APROVADO em 13/07/16, com a inclusão do tema no escopo da Subcomissão Especial da Internet e do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, ora criada.

REQ Nº 168/16 - dos Srs. Sibá Machado e outros - que "Requer a criação da Subcomissão Especial sobre Rádio Comunitária".

APROVADO em 13/07/16, com a inclusão do tema no escopo da Subcomissão Especial da Internet e do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, ora criada.

REQ Nº 169/16 - dos Srs. Sibá Machado e outros - que "Requer a criação da Subcomissão Especial sobre Banda Larga".

APROVADO em 13/07/16, com a inclusão do tema no escopo da Subcomissão Especial da Internet e do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, ora criada.

REQ Nº 170/16 - do Sr. Celso Pansera - que "Requer a realização de Seminário para debater o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016".

APROVADO em 13/07/16, subscrito pelos deputados Hélio Leite e Silas Câmara, com a alteração da data do evento para 2 de agosto e a inclusão, entre seus organizadores, da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação da Câmara dos Deputados. Evento realizado em 02/08/16

REQ Nº 171/16 - do Sr. Alexandre Leite - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 297/2015, que 'Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências'".

APROVADO em 13/07/16, subscrito pelo deputado Silas Câmara.

REQ Nº 172/16 - do Sr. Jhc - que "Requer a constituição da Subcomissão Permanente da Internet".

APROVADO em 13/07/16, com a inclusão do tema no escopo da Subcomissão Especial da Internet e do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, ora criada.

REQ Nº 173/16 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a realização de audiência pública para discutir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 84, de 2016".

APROVADO em 13/07/16, subscrito pelo deputado Hélio Leite.

REQ Nº 174/16 - da Sra. Margarida Salomão - que "Requer a realização de audiência pública para discutir no âmbito desta comissão os planos do governo interino relativos à Empresa Brasil de Comunicação - EBC".

APROVADO em 13/07/16, subscrito pelos deputados Bilac Pinto e Silas Câmara.

REQ Nº 176/16 - dos Srs. Vitor Lippi e outros - que "Solicita que sejam convidados o Srs. Ministros Henrique Meirelles, da Fazenda e Dyogo Oliveira, do Planejamento a fim de debater os vetos ao Marco Legal de Ciência e Tecnologia, em audiência [pública] conjunta entre as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e a de Fiscalização Financeira e Controle".

APROVADO em 23/08/16.

REQ Nº 177/16 - do Sr. Celso Pansera - que "Requer visita técnica de deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Educação à Cidade de Quixadá-CE para conhecer o Polo Educacional de Computação e Informática".

APROVADO em 23/08/16, subscrito pelo deputado Bilac Pinto.

Evento realizado em 02/12/16

REQ Nº 178/16 - do Sr. Goulart - que "Requer sejam convidados os presidentes da ANATEL, das operadoras de telefonia celular Vivo/Telefônica, Claro, Tim e Nextel, bem como representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, para, em audiência pública, debater acerca da falta de cobertura de sinal celular em distritos da zona sul de São Paulo - SP".

APROVADO em 30/08/16.

REQ Nº 179/16 - do Sr. Izalci - que "Requer seja realizada reunião de audiência pública para debater as propostas de reforma do modelo de prestação dos serviços de telecomunicações introduzidas pelo Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.453, de 2015, aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços".

APROVADO em 05/10/16, subscrito pelo deputado Marcelo Aguiar.

REQ Nº 180/16 - do Sr. Alexandre Leite - que "Requer a aprovação de missão oficial da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), a fim de participar da 4ª Conferência Internacional de Segurança Pública e Cyber - HLS&CYBER 2016, a realizar-se nos dias 14 a 17 de novembro, em Tel Aviv, Israel e, ainda, de realizar de visitas técnicas nos dias 13 e 14 de novembro, no mesmo local".

APROVADO em 05/10/16, subscrito pelo deputado Rômulo Gouveia.

Evento realizado (14 a 17.11.16)

REQ Nº 181/16 - do Sr. Jhc - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 4.851/16, do Senado Federal, que 'dispõe sobre a avaliação e o monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet' e a importância da ampliação do acesso nas escolas públicas".

APROVADO em 09/11/16.

Evento realizado em 06/12/16

REQ Nº 182/16 - do Sr. Eduardo Cury - que "Requer a realização de audiência pública para discutir a regulamentação da Internet por parte da Anatel".

APROVADO em 09/11/16, subscrito pelo deputado Vitor Lippi, com a inclusão dos seguintes convidados: Eduardo Fumes Parajo, presidente da Associação Brasileira de Internet (Abranet); Flávia Lefèvre Guimarães, membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br); Carlos Afonso, especialista em internet; Paulo Rená, diretor do Instituto Beta para Internet e Democracia (Ibidem); Bia Barbosa, membro do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes); professor Ronaldo Lemos, diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (CTS/FGV); e Rafael Zanatta, pesquisador em telecomunicações do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

REQ Nº 183/16 - da Sra. Luciana Santos - que "Solicita realização de audiência pública para debate acerca da extinção da representação na região nordeste do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

APROVADO em 23/11/16.

REQ Nº 184/16 - do Sr. Silas Câmara - que "Requer a realização de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater a migração das rádios AM, para faixa FM".

APROVADO em 07/12/16, com as seguintes alterações: a) inclusão de representantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel); b) substituição do nome de Flávia Oliveira Corrêa pelo de Inez Joffily França, diretoria de Radiodifusão Comercial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e c) exclusão do nome da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

REQ Nº 185/16 - da Sra. Tia Eron - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Iniciativa Empresarial pela Igualdade, que está sendo idealizado em parcerias pelos Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Educação, Sociedade Afro brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural - AFRONTAS e Universidade Zumbi dos Palmares".

APROVADO em 07/12/16.

REQ Nº 186/16 - do Sr. Celso Pansera - que "Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja realizada audiência pública para discutir o contencioso entre a OMC e o Brasil sobre a política industrial nacional, incluindo aí a Lei de Informática".

APROVADO em 07/12/16. Aditamento: aprovada a inclusão de representantes dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores e a alteração da qualificação do convidado Benito Paret para presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro - TI Rio (RO de 14/12/16).

Evento realizado em 15/12/16

3.4 – EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS**A – EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017 (LDO)**

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2016 - LDO

Data: 06/07/2016

Hora: 16:43

Página: 1 de 3

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**EMENTA**

Apoio a Extensão

PROGRAMA

2021 Ciência, Tecnologia e Inovação

AÇÃO

20UQ Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

100

JUSTIFICATIVA

A Presente emenda visa ampliar a quantidade de projetos apoiados para o Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2016 - LDO

Data: 06/07/2016

Hora: 16:43

Página: 2 de 3

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**EMENTA**

Inclusão Digital

PROGRAMA

2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

AÇÃO

20ZB Apoio a Iniciativas de Inclusão Digital

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Iniciativa apoiada (unidade)

100

JUSTIFICATIVA

O Ministério da Ciência e Tecnologia tem promovido a inclusão digital com foco no social, proporcionando o desenvolvimento de competências nos municípios brasileiros, o acesso à tecnologia e o incentivo à pesquisa em ciência e tecnologia, permitindo o desenvolvimento local e social a partir da inclusão digital de uma forma completa e multidisciplinar, causando impacto nas realidades mais carentes e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

O programa foca a implementação de Telecentros no qual o público alvo recebe capacitação em informática básica e navegação na rede mundial de computadores, o que contribui para a melhoria da educação e aperfeiçoamento de mão de obra.

Tais iniciativas visam potencializar a educação, turismo e acesso a informação por parte dos cidadãos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2016 - LDO

Data: 06/07/2016

Hora: 16:43

Página: 3 de 3

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

Modernização e aparelhamento da comunicação pública brasileira

PROGRAMA

2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

AÇÃO

20ZB Apoio a Iniciativas de Inclusão Digital

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Iniciativa apoiada (unidade)

10

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa fortalecer os canais públicos de comunicação, oportunizando a qualificação e ampliação da rede pública, e a democratização ao acesso ao direito de comunicar-se da sociedade brasileira.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2016 - LDO

Data: 06/07/2016

Hora: 16:45

Página: 1 de 2

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

PROSUB - PNM

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo III - Item 64

TEXTO PROPOSTO

Acrescente-se ao Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do Art. 9º, § 2º, da LRF por constituírem obrigações constitucionais e legais da União", a Seção II com a seguinte redação:

II. Demais despesas ressalvadas

1. Despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e
2. Programa Nuclear da Marinha (PNM).

JUSTIFICATIVA

A impossibilidade de execução plena das dotações referentes ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) acarreta em importantes multas e atrasos nos cronogramas pactuados decorrentes de acordos internacionais. O PROSUB tem como objetivo primordial dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término, o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos. A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais. De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais.

A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo. Neste contexto, apresenta-se o Programa Nuclear da Marinha (PNM) que inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o País a projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Ressalta-se que o PNM vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do País, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma importante alternativa energética. O propósito que norteia o PNM é dotar o Poder Naval brasileiro de submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, vem logrando avanços e conquistas extraordinárias para o País.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0002/2016 - LDO

Data: 06/07/2016

Hora: 16:45

Página: 2 de 2

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Reconstrução da Estação Brasileira na Antártica

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo III - Item 64

TEXTO PROPOSTO

Acrescente-se ao "Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do Art. 9º, § 2º, da LRF por constituírem obrigações constitucionais e legais da União" a Seção II com a seguinte redação:

II. Demais despesas ressalvadas

1. Despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica.

JUSTIFICATIVA

Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas territoriais e marítimas levaram a Marinha a participar, juntamente com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa, executores da Política Nacional para Assuntos Antárticos e da pesquisa científica na Antártica, visando a obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, bem como garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico.

Cabe lembrar, que após o incêndio ocorrido em 25 de fevereiro de 2012, a reconstrução de suas instalações releva-se de total importância, para recuperação da capacidade de pesquisa científica da Estação, entretanto, mesmo sem a conclusão da Reconstrução da Estação, o Brasil mantém os seus estudos e a coleta de dados fundamentais a continuidade das pesquisas.

É relevante para o Brasil manter uma Estação Científica, que permita a condução de atividades contínuas na Antártica, demonstrando o compromisso do Estado brasileiro em estar presente naquela região, desenvolvendo pesquisas relevantes, tais como estudo dos impactos decorrentes do aquecimento global, monitoramento da camada de ozônio, monitoramento dos fenômenos meteorológicos com influência sobre o território brasileiro, dentre outras.

A sugestão dessa Emenda Aditiva justifica-se pelo fato de que a impossibilidade de execução plena das dotações referentes à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica irá impactar no estágio atual alcançado em relação às pesquisas científicas conduzidas naquela região.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica

B – EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2017 (LOA)



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0018/ 2016 - LOA

Data: 18/10/2016
Hora: 12:22
Página: 1 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital

MODALIDADE DA EMENDA
Comissão

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
078 Apoio a/o/aos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
294 Inclusão Digital

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M.CiênciaTec.Inov.Comunicações

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
19.126.2021.20V8

Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade) QUANTIDADE 250

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	2	100.000.000
TOTAL			100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL						100.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apoiar a inclusão digital nos municípios Brasileiros, que hoje não possuem infraestrutura mínima para o acesso a educação digital.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 18/10/2016

Hora: 12:22

Página: 2 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Compra Super-Computador.

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M.CiênciaTec.Inov.Comunicações

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

19.571.2050.20VA.0001

Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	280.000.000
TOTAL			280.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	280.000.000
TOTAL						280.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo:

- 1 - A alocação de recursos financeiros em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com a finalidade da compra do Supercomputador para o INPE/CTEC, com o objetivo de manter a previsão do tempo de forma atualizada e competitiva focada em atender as demandas da Nação. É de conhecimento científico/público que o Centro Europeu renova o seu parque de máquinas uma vez a cada 2 (dois) anos. O sistema do CPTEC-INPE foi adquirido no segundo semestre de 2010 e operou de forma plena a partir do início de 2011, portanto será necessário a renovação do sistema computacional do CPTEC-INPE o mais breve possível. (120.000.000,00); e
- 2 - Apoio ao Programa Antártico Brasileiro, para atender às Pesquisas Relacionadas às Mudanças Climáticas. (160.000.000,00)

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 18/10/2016
Hora: 12:22
Página: 3 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Parque Produtivo de terras raras

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M.CiênciaTecn.Inov.Comunicações

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

19.572.2021.20V6

Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo

Implantação/operação do Instituto Nacional de C&T em Terras Raras - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	10.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	15.000.000
TOTAL			25.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	25.000.000
TOTAL						25.000.000

TIPO DA SUBVENÇÃO

Público

JUSTIFICATIVA

O Brasil detém a segunda maior reserva mundial de minerais com terras raras do planeta. No entanto o Brasil não processa estes minerais estratégicos, nem para seu consumo próprio. Por outro lado a China detém 95% de mercado mundial e impõe sérias restrições ao desenvolvimento da indústria. Países consumidores aguardam apreensivos por um segundo fornecedor. Há iniciativas no Brasil, que demonstram a viabilidade tecnológica e empresarial. É preciso congregarmos competências e acelerar fortemente a implementação de uma cadeia produtiva competitiva. Para os próximos três anos, além dos investimentos privados e públicos previstos, é necessário um decisivo investimento de fortalecimento do processo através da Ação ETR-BR.

Elementos de Terras Raras são essenciais para a economia do futuro; de maior eficiência energética, sustentabilidade e mitigar os efeitos das mudanças climáticas causado pelos gases efeito estufa. Motores elétricos super compactos de alto desempenho (veículo elétrico, robôs, drones, etc.), geradores elétricos compactos de alto desempenho (eólicos, transportáveis, etc.) catalizadores (produção de combustíveis, despoluição, etc.), baterias de alto desempenho, componentes eletrônicos, celulares, televisão, outros produtos tecnologicamente avançados, dependem do suprimento de Elementos de Terras Raras e da implementação da cadeia produtiva de transformação desses elementos em produtos de alta tecnologia.

Desde 2010, existe um mapeamento apontando que o Brasil pode se tornar um player estratégico, fornecedor destes produtos, complexos, difíceis de gerar, mas chaves para a indústria tecnologicamente avançada. De fato, nestes últimos anos houve um avanço tecnológico razoável graças, principalmente, a iniciativas empresariais envolvendo, expressivamente, Instituições de C&T&I. Pode-se considerar que se chegou a um estágio de domínio laboratorial dos processos e existe um entendimento que a produção em escala, de forma competitiva internacionalmente pode ser alcançada, caso haja um esforço coordenado e um investimento público-privado expressivo capaz de assegurar o domínio tecnológico para uma cadeia produtiva competitiva.

Este é o objetivo deste projeto, que complementa investimentos previstos do BNDES, FINEP, EMBRAPPII, e de outros Agentes de Fomento nacionais e internacionais, bem como, de um conjunto de Empresas Industriais. Os investimentos devem ocorrer nos três níveis preconizados na Ação ETR-BR, bem como, no domínio e desenvolvimento das quatro etapas tecnológicas do processo produtivo. As Ações Básicas deste Projeto, fortalecerão:

P&D e FRH: A implantação/operação do Instituto Nacional de C&T&I em Terras Raras, promovida pelo CNPq, deve ser fortalecida com investimentos adicionais para atuação dos Grupos de Pesquisa, particularmente, no domínio e desenvolvimento das tecnologias de fronteira em TRs. Desenvolvido por Instituições/Grupos de P&D+I

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 18/10/2016

Hora: 12:22

Página: 4 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

JUSTIFICATIVA

(UFSC, IPT, CETEM, CDTM, CERTI ...) para fortalecer expressivamente suas atividades, dando sustentação a implementação de tecnologias no setor produtivo no sentido de garantir a liderança tecnológica permanente.

Laboratórios-Fábrica. Iniciativas da CBMM, SENAI, CDTN e CETEM, assumem a busca de soluções competitivas para as etapas de prospecção, mineração, concentração e separação de terras raras na forma de óxidos de alta pureza e com custos produtivos competitivos, além de consolidarem processos sustentáveis ambientalmente. Já as etapas de redução metálica, produção de ligas e fabricação dos ímãs de alto desempenho, tem suas soluções desenvolvidas pela atuação cooperada da CODEMIG, IPT, UFSC e CERTI.

Plantas de Produção Competitivas: Começam a ser planejadas e passam a ser investimentos empresariais, com suporte dos Agentes de Desenvolvimento Econômico. O desenvolvimento integrado, harmônico e ágil posicionará o Brasil a partir de 2019 para as demandas nacionais e mundiais, com ótimas perspectivas de ser um significativo fornecedor mundial.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 18/10/2016

Hora: 12:22

Página: 5 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Recursos para fomento de ciência e tecnologia e inovação nas Universidades Federais

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

F. Desenv.Cient. e Tecnológico

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

19.572.2021.2095.0001

Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

6

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	300.000.000
TOTAL			400.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	400.000.000
TOTAL						400.000.000

JUSTIFICATIVA

Financiamento de projetos de implantação, recuperação e modernização da infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, balizada pela identificação de focos estratégicos em C&T, visando promover a melhoria da infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

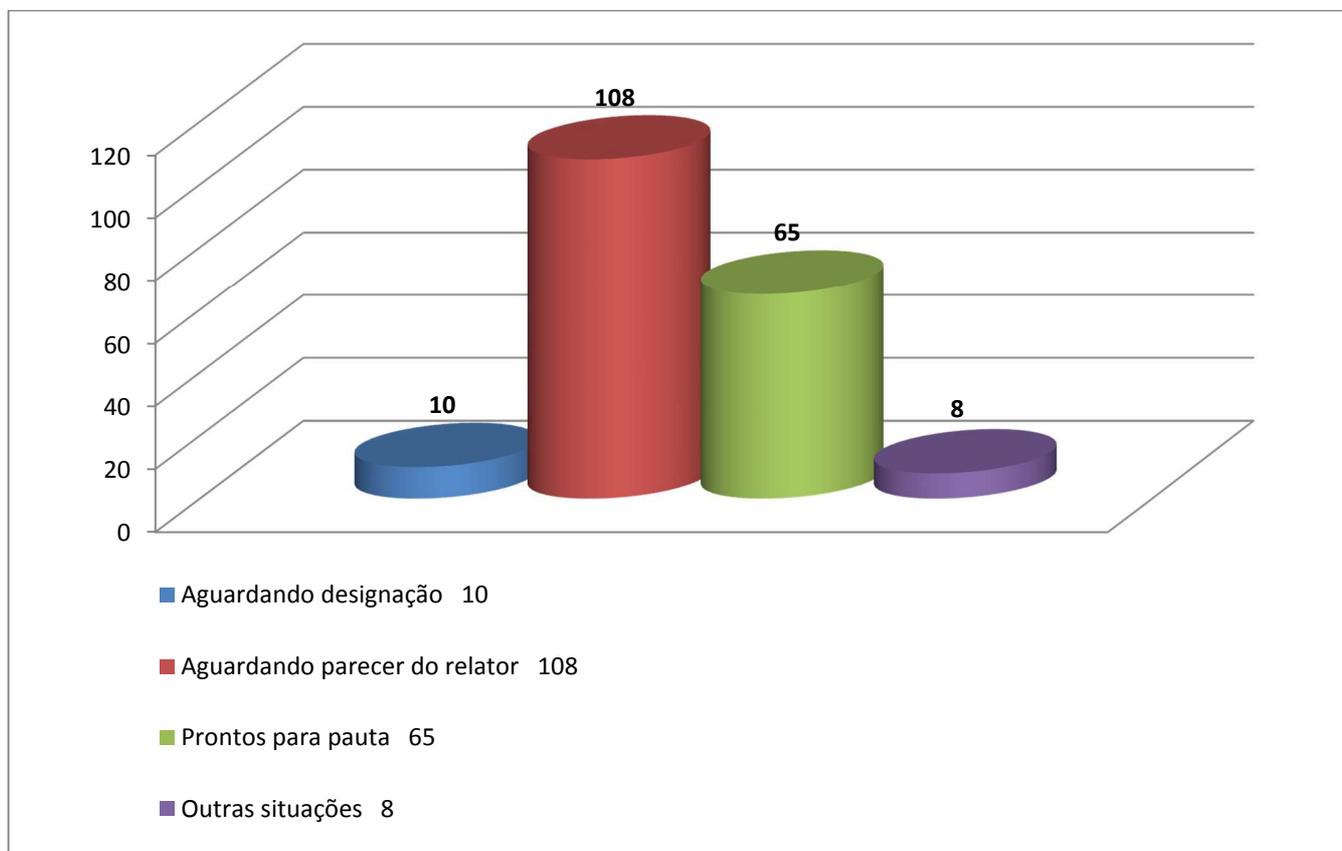
ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica

4 – PROPOSIÇÕES NÃO APRECIADAS

4.1 – PROJETOS ⁽³⁾



A – AGUARDANDO DESIGNAÇÃO

PL Nº 7.881/14 - do Sr. Eduardo Cunha - que "Obriga a remoção de links dos mecanismos de busca da internet que façam referência a dados irrelevantes ou defasados sobre o envolvido".

PL Nº 2.070/15 - do Sr. Hélio Leite - que "Modifica a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para estabelecer a obrigação de implantação de pontos gratuitos e abertos ao público de acesso à internet em estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos".

PL Nº 2.644/15 - da Sra. Eliziane Gama - que "Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade".

PDC Nº 545/16 - da CREDN - que "Aprova os textos dos Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT), contidos nos Atos Finais das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10)".

PDC Nº 552/16 - da CREDN - que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013".

PL Nº 5.201/16 - da CPICIBER - que "Altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, autorizando o uso dos recursos do Fistel por órgãos da polícia judiciária".

⁽³⁾ Incluídos os projetos apensados.

PL Nº 6.431/16 - do Sr. Thiago Peixoto - que "Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para regulamentar a locação de imóveis residenciais por temporada por meio de sítios eletrônicos ou plataformas congêneres"

PL Nº 6.575/16 - da Sra. Carmen Zanotto - que "Altera a Lei nº 7.853, de 24 de julho de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências".

PL Nº 6.601/16 - do Sr. Francisco Floriano - que "Altera a Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, que Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica, e dá outras providências, para permitir a dedução de despesas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com empresas ou pesquisadores estrangeiros".

PL Nº 6.656/16 - do Sr. Felipe Bornier - que "Obriga a disponibilização digital dos documentos de uso e porte obrigatório pelos condutores habilitados de veículos".

B – AGUARDANDO PARECER DO RELATOR

PL Nº 3.894/00 - do Sr. Pompeo de Mattos - que "Disciplina a publicidade e propaganda dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciário, e entidades da administração indireta". (Apensados: PLs nºs 4.327/01, 1.330/03, 6.106/05, 7.206/06, 7.587/06, 5.155/09, 6.65/07, 4.772/09, 7.365/10, 1.742/11, 2.426/11, 3.850/12, 3.934/12, 4.167/12, 4.170/12, 4.866/12, 5.076/13, 5.329/13, 6.202/13, 6.530/13, 7.326/14, 6.939/13, 7.502/14, 7.610/14, 1.086/15, 1.908/15, 2.143/15, 2.895/15, 3.043/15, 3.669/15, 4.579/16, 4.066/15, 5.215/16 e 6.624/16)

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA

PL Nº 377/07 - dos Srs. Sérgio Moraes e William Woo - que "Obriga a criação e manutenção de cadastro de usuários e o imediato bloqueio, pelos prestadores de serviços de telecomunicações, de aparelhos celulares, em caso de comunicação de roubo, furto ou extravio; proíbe a utilização de dispositivo que bloqueia o identificador de chamada, e dá outras providências". (Apensados: PLs nºs 2.973/08, 5.351/09, 5.518/09, 5.520/09, 5.886/09, 2.135/11, 3.217/12 e 667/15, 1.651/15, 2.087/15, 4.733/16, 5.951/16, 6.571/16 e 6.579/16)

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA

PL Nº 4.549/08 - do Sr. Edson Duarte - que "Estabelece normas para o arrendamento de espaço na grade horária de transmissão das emissoras de radiodifusão de sons e de sons e imagens". (Apensados: PLs nºs 2.897/11 e 4.021/12)

RELATORA: deputada TIA ERON

PL Nº 5.534/09 - do Sr. José Mentor - que "Veda a transmissão de lutas marciais pelas emissoras de televisão na forma que especifica e dá outras providências".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PL Nº 7.352/10 - do Sr. Roberto Britto - que "Dispõe sobre o uso de correio eletrônico pelos órgãos e repartições da Administração Pública Federal".

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA

PL Nº 945/11 - do Sr. Rodrigo Garcia - que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que "regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal", para dispor sobre a informatização do processo administrativo".

RELATOR: deputado ALEXANDRE LEITE

PL Nº 7.604/14 - do Sr. Paulo Abi-Ackel e outros - que "Altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997; nº 5.070, de 7 de julho de 1966; nº 11.652, de 7 de abril de 2008; e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, isentando as estações rádio base e repetidoras de baixa potência do pagamento do Fistel, Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e Condecine, nos termos em que especifica".

RELATOR: deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO

PFC Nº 10/15 - do Sr. Pastor Franklin - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, auditoria de natureza operacional sobre os procedimentos adotados pelo Poder Executivo para análise do processo que outorga concessão à Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Belém, Estado do Pará".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PFC Nº 11/15 - do Sr. Pastor Franklin - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, auditoria de natureza operacional sobre os procedimentos adotados pelo Poder Executivo

para análise do processo que outorga concessão à Televisão Brasil Limitada para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado EDUARDO CURY

PL Nº 12/15 - do Sr. Lucas Vergilio - que "Dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências".

RELATOR: deputado WLADIMIR COSTA

PFC Nº 38/15 - do Sr. Sandro Alex - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e o controle na arrecadação e aplicação dos recursos dos fundos das telecomunicações".

RELATOR: deputado VITOR LIPPI

PL Nº 564/15 - do Sr. Varderlei Macris - que "Altera a Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, diminuindo o grau de concentração Gay-Lussac". (Apensado: PL nº 5.684/16)

RELATOR: deputado SÓSTENES CAVALCATE

PL Nº 701/15 - do Sr. Odorico Monteiro - que "Altera o parágrafo 5º do artigo 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que 'dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado'" (Apensados: PLs nºs 1.050/15 e 3.134/15)

RELATOR: deputado BILAC PINTO

PL Nº 1.677/15 - da Sra. Maria do Rosário - que "Dispõe sobre a destinação às mídias regionais de parcela dos recursos aplicados na contratação de publicidade institucional ou comercial pelos Órgãos, Entidades, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista das três esferas de governo".

RELATOR: deputado GILBERTO NASCIMENTO

PL Nº 1.863/2015 - do Sr. Macedo - que "Altera o art. 16 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que "Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT".

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

PL Nº 2.009/15 - do Sr. Tenente Lúcio - que "Acrescenta alínea ao art. 38 da Lei nº 4.117- Código Brasileiro de Telecomunicações, para dispor sobre informação, propaganda ou publicidade que exponha a pessoa a perigo".

RELATOR: deputado VITOR LIPPI

PL Nº 2.107/15 - do Sr. Moses Rodrigues - que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a veiculação obrigatória de campanhas antidrogas nos meios de comunicação, e a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar recursos para este fim, e dá outras providências". (Apensados: PLs nºs 2.185/15 e 3.604/15)

RELATOR: deputado VITOR LIPPI

PL Nº 2.390/15 - do Sr. Pastor Franklin - que "Altera a Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990, criando o Cadastro Nacional de Acesso à Internet, com a finalidade de proibir o acesso de crianças e adolescentes a sítios eletrônicos com conteúdo inadequado". (Apensados: PLs nºs 3.597/15, 5.016/16, 5.096/16 e 6.449/16)

RELATOR: deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PL Nº 2.498/15 - do Sr. Aureo - que "Acrescenta artigos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para obrigar os provedores de conexão e os provedores de aplicação de internet a criarem centros de atenção aos usuários compulsivos de serviços de internet e de redes sociais"

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

PL Nº 3.130/15 - do Sr. William Woo - que "Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para estabelecer prazo de 4 (quatro) anos, prorrogável por até 4 (quatro) anos em ato do Poder Executivo, para apresentação de projetos no âmbito do PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores".

RELATOR: deputado ELI CORRÊA FILHO

PL Nº 3.133/15 - da Sra. Margarida Salomão - que "Altera o § 5º do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e o art. 18 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a veiculação de publicidade comercial local pelas emissoras comunitárias".

RELATOR: deputado MARCO SOARES

PL Nº 3.845/15 - do Sr. Felipe Bornier - que "Dispõe sobre diretrizes para realização de ligações realizadas por telefonia móvel".

RELATOR: deputado SÓSTENES CAVALCANTE

PFC Nº 77/16 - da CPICIBER - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, as ações de acompanhamento e controle da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel acerca da correta bilhetagem dos serviços de dados por parte das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal".

RELATOR: deputado JHC

PDC Nº 343/16 - do Sr. Marx Beltrão - que "Susta o inciso III e os §§ 1º e 3º do art. 63 da Resolução n.º 614, de 28 de maio de 2013, da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que autoriza as operadoras de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, a adotarem em seus planos de serviço, a franquia de consumo". (Apensados: PDCs nºs 344/16, 347/16 e 404/16)

RELATOR: deputado SÓSTENES CAVALCANTE

PL Nº 4.336/16 - da Sra. Luiza Erundina - que "Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação em defesa de grupos sociais sobre matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social".

RELATOR: deputado Pr. MARCO FELICIANO

PL Nº 4.464/16 - do Sr. Alberto Fraga - que "Revoga os artigos 51 e 52 da lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação, sobre dano moral".

RELATOR: deputado BILAC PINTO

PL Nº 5.130/16 - do Sr. João Arruda - que "Acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2.014". (Apensados: PLs nºs 5.172/16, 5.176/16, 5.204/16, 5.318/16, 5.529/16, 5.530/16, 6.061/16 e 6.236/16)

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PL Nº 5.203/16 - da CPICIBER - que "Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, determinando a indisponibilidade de cópia idêntica de conteúdo reconhecido como infringente, sem a necessidade de nova ordem judicial e dá outras providências".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

PL Nº 5.390/16 - do Sr. Alfredo Nascimento - que "Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978 para indicar obrigatoriedade de data de postagem e de entrega das correspondências".

RELATOR: deputado JORGE TADEU MUDALEN

PL Nº 5.752/16 - do Sr. Otávio Leite - que "Declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs)".

RELATOR: deputado VITOR LIPPI

PL Nº 5.846/16 - do Sr. Sandro Alex - que "Altera o artigo 184 da Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9.472/1997". (Apensado: PL nº 5.852/16)

RELATOR: deputado ELIZEU DIONIZIO

PL Nº 5.876/16 - do Sr. Celso Pansera - que "Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Social nas áreas de Ciência e Tecnologia, e dá outras providências".

RELATOR: deputado BILAC PINTO

PL Nº 5.974/16 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "Dispõe sobre a webcasting e seus produtos, a web rádio, a playlist, o áudio em demanda e o portal de áudio e vídeo, e dá outras providências". (Apensado: PL nº 6.611/16)

RELATORA: deputada RENATA ABREU

PL Nº 6.191/16 - da Sra. Erika Kokay - que "Dispõe sobre a publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual".

RELATOR: deputado SÓSTENES CAVALCANTE

PL Nº 6.385/16 - do Sr. André Figueiredo - que "Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências".

RELATOR: deputado FRANCISCO FLORIANO

PL Nº 6.413/16 - do Sr. Vicentinho Júnior - que "Cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Tecnologias de Informação e Comunicação - Funtics, e incentiva a inclusão digital e o desenvolvimento local de produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação".

RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

C – PRONTOS PARA PAUTA

PL Nº 1.878/03 - do Sr. Edson Duarte - que "Autoriza as emissoras educativas estatais a transmitirem, sem custos, eventos esportivos de interesse nacional". (Apensado: PL nº 825/07)

RELATOR: deputado VITOR VALIM

PARECER: pela aprovação deste, do PL nº 825/07, apensado, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1/11, da CCTCI

PL Nº 490/11 - do Senado Federal - que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que 'Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências', para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária". (Apensados: PLs nºs 4.186/98, 1.513/99, 1.550/03, 1.594/03, 1.665/03, 2.105/03, 2.189/03, 2.949/00, 4.156/01, 4.165/01, 4.225/98, 6.851/02, 5.669/01, 6.464/02, 7.046/06, 7.542/06, 2.480/07, 3.790/08, 4.799/09, 1.523/11, 1.944/11, 2.535/11, 2.519/11, 5.189/13, 6.437/13, PL 7.397/14, 7.398/14, 7.584/14, 7.729/14, 8.162/14, 1.230/15, 1.632/15 e 2.790/15)

RELATOR: deputado SILAS CÂMARA

PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição dos PLs 2.519/11, 4.225/98, 1.513/99, 2.949/00, 4.156/01, 4.165/01, 5.669/01, 6.464/02, 1.550/03, 1.594/03, 1.665/03, 2.105/03, 2.189/03, 7.542/06, 2.480/07, 4.799/09, 1.523/11, 7.397/14, 7.398/14, 7.584/14, 6.851/02, 8.162/14, 1.632/15, 7.046/06, 2.535/11, 3.790/08, 4.186/98, 1.944/11, 7.729/14, 1.230/15, 6.437/13, 5.189/13 e 2.790/15, apensados

PL Nº 1.872/11 - do Senado Federal - que "Institui o Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano (Prêmio Brasil)".

RELATOR: deputado PAULÃO

PARECER: pela aprovação

PL Nº 4.108/12 - do Sr. Jerônimo Goergen - que "Dispõe sobre as linhas de telefonia móvel pessoal".

RELATOR: deputado ELIZEU DIONIZIO

PARECER: pela aprovação, com substitutivo

PL Nº 5.128/13 - do Sr. Dimas Fabiano - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as ligações telefônicas locais e interurbanas sejam cobradas por chamada".

RELATOR: deputado HÉLIO LEITE

PARECER: pela aprovação

PL Nº 5.204/13 - do Sr. Guilherme Campos - que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para dispor sobre as penas por infrações a que estão sujeitas as emissoras de radiodifusão". (Apensado: PL nº 8.215/14)

RELATOR: deputado MARCELO AGUIAR

PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição do PL nº 8.215/14, apensado

PL Nº 5.895/13 - do Sr. Ronaldo Nogueira - que "Dispõe sobre separação dos serviços de telefonia e de provisão de acesso a infraestrutura de telecomunicações".

RELATOR: deputado ALEXANDRE VALLE

PARECER: pela aprovação

PL Nº 6.381/13 - do Sr. Aureo - que "Determina a obrigatoriedade de veiculação de sinalização da bandeira tarifária da energia elétrica em vigor pelas geradoras de radiodifusão de sons e imagens".

RELATOR: deputado EDUARDO CURY

PARECER: pela rejeição deste e das Emendas nºs 1/15 e 2/15, da CDC

PL Nº 7.804/14 - do Sr. Pedro Paulo - que "Institui a Lei de Dados Abertos, estabelecendo o Comitê Gestor de Dados Público junto ao Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração do Manual de Dados Abertos da Administração Pública e cria a obrigatoriedade para a disponibilização de dados abertos e de interfaces de aplicações web de forma organizada e estruturada para a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios e dá outras providências".

RELATOR: deputado ROBERTO ALVES

PARECER: pela aprovação

PL Nº 292/15 - do Sr. Valdir Assunção - que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as prestadoras do serviço de telefonia expandirem a cobertura do serviço para todos os distritos dos municípios abrangidos em sua área de outorga”. (Apensados: PLs nºs 378/15, 1.549/15, 3.250/15 e 991/15)

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela rejeição deste, dos PLs nºs 378/15, 1.549/15, 3.250/15 e 991/15, apensados

PL Nº 297/15 - do Sr. João Fernando Coutinho - que “Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências”.

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela aprovação deste e do substitutivo da CSSF, com subemenda

PL Nº 1.676/15 - do Sr. Veneziano Vital do Rêgo - que “Tipifica o ato de fotografar, filmar ou captar a voz de pessoa, sem autorização ou sem fins lícitos, prevendo qualificadoras para as diversas formas de sua divulgação e dispõe sobre a garantia de desvinculação do nome, imagem e demais aspectos da personalidade, publicados na rede mundial de computadores, internet, relativos a fatos que não possuem, ou não possuem mais, interesse público”. (Apensado: PL nº 2.712/15)

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela rejeição deste e do PL nº 2.712/15, apensado

PL Nº 3.442/15 - do Sr. Romulo Gouveia - que “Acrescenta o inciso XI ao art. 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao mesmo art. 29, para estabelecer como direito do autor o de tornar indisponível conteúdo de sua propriedade que tenha sido publicado na internet sem sua autorização prévia e expressa”.

RELATOR: deputado RONALDO MARTINS

PARECER: pela rejeição

PL Nº 3.618/15 - do Sr. Takayama - que “Determina que os preços, valores, taxas e quaisquer ajustes financeiros adicionais que resultarem de ajustes de potência para sistema de radiodifusão, e sistema sonoro de frequência modulada - fm serão fixados por meio de lei ordinária e dá outras providências”.

RELATOR: deputado MILTON MONTI

PARECER: pela aprovação, com substitutivo

PL Nº 3.874/15 - da Sra. Raquel Muniz - que “Altera a Lei Postal para tornar obrigatória a identificação do remetente de encomendas e de pequenas encomendas”.

RELATOR: deputado MILTON MONTI

PARECER: pela aprovação

PFC Nº 76/16 - da CPICIBER - que “Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, as ações de acompanhamento e controle da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel acerca da correta implementação e utilização dos cadastros de usuários de telefones pré-pagos”.

RELATOR: deputado JHC

PARECER: pela implementação

PFC Nº 84/16 - do Sr. Julio Lopes - que “Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), as ações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired) no que diz respeito às decisões desses órgãos relativas aos repasses e aplicação dos recursos advindos de compromissos estabelecidos pelo Edital 002/2014/SOR/SPR/CD - Anatel (Edital de 700 MHz) gerenciados pela Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD)”.

RELATOR: deputado CELSO PANSERA

PARECER: pela implementação

PL Nº 4.334/16 - da Sra. Laura Carneiro - que “Obriga os fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) a oferecerem o recurso de alerta ao usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco”. (Apensado: PL nº 4.706/16)

RELATOR: deputado VITOR VALIM

PARECER: pela aprovação deste e do PL nº 4.706/16, apensado, com substitutivo

PL Nº 4.379/16 - do Sr. Flavinho - que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer condições para a cobrança de tarifas de planos pós-pagos e a obrigatoriedade de reembolso de créditos não utilizados de planos pré-pagos, em caso de rescisão de contrato de prestação de serviços de telecomunicações”.

RELATOR: deputado ARTHUR VIRGILIO BISNETO

PARECER: pela aprovação, com emenda

PL Nº 4.851/16 - do Senado Federal - que "Dispõe sobre a avaliação e o monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet".

RELATOR: deputado JHC

PARECER: pela aprovação

PL Nº 5.220/16 - do Sr. Rômulo Gouveia - que "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação".

RELATOR: deputado IZALCI

PARECER: pela aprovação, com substitutivo

PL Nº 5.545/16 - do Sr. Arnaldo Faria de Sá - que "Dispõe sobre conteúdos relacionados a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nas programações veiculadas pela EBC - Empresa Brasil de Comunicação".

RELATOR: deputado FLAVINHO

PARECER: pela aprovação, com emendas

PL Nº 5.896/16 - do Sr. Cabo Sabino - que "Dispõe sobre a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel e dá outras providências". (Apensado: PL nº 5.935/16)

RELATOR: deputado VITOR VALIM

PARECER: pela aprovação deste e do PL nº 5.935/16, apensado, com substitutivo

D – OUTRAS SITUAÇÕES

PDC Nº 541/11 - do Sr. João Campos - que "Dispõe sobre a realização de plebiscito para decidir sobre a adoção do horário de verão no território brasileiro".

RELATOR: deputado VITOR LIPPI

MATÉRIA DEVOLVIDA À CCP (COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES) – OBJETO DE REVISÃO DE DESPACHO DE DISTRIBUIÇÃO

PL Nº 4.060/12 - do Sr. Milton Monti - que "Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, e dá outras providências". (Apensado: PL nº 5.276/16)

RELATOR: deputado SÓSTENES CAVALCANTE

MATÉRIA DEVOLVIDA À CCP – OBJETO DE COMISSÃO ESPECIAL

PL Nº 7.399/14 - da Sra. Luciana Santos e outros - que "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para transformá-lo no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e de Radiodifusão".

RELATOR: deputado JORGE TADEU MUDALEN

MATÉRIA DEVOLVIDA À CCP – APENSADA AO PL nº 1.481/07

PFC Nº 44/15 - do Sr. Jorge Tadeu Mudalen - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em concurso com o Tribunal de Contas da União, realize auditoria operacional sobre a legalidade das alterações na grade de canais do serviço de televisão por assinatura".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL

PARECER: pela não implementação

MATÉRIA DEVOLVIDA À CCP – RETIRADA DE TRAMITAÇÃO

PL Nº 2.095/15 - do Sr. Luciano Ducci - que "Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para estabelecer regras sobre portabilidade e fidelização na prestação do serviço de acesso condicionado".

RELATOR: deputado FÁBIO SOUSA

PARECER: pela rejeição

MATÉRIA DEVOLVIDA À CCP – RETIRADA DE TRAMITAÇÃO

PL Nº 3.490/15 - do Sr. João Rodrigues - que "Altera a Lei do Serviço de Acesso Condicionado permitindo a renovação das concessões vigentes para o serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA".

RELATOR: deputado HÉLIO LEITE

MATÉRIA DEVOLVIDA À CCP – OBJETO DE REVISÃO DE DESPACHO DE DISTRIBUIÇÃO

PL Nº 5.276/16 - do Poder Executivo - que "Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX

MATÉRIA DEVOLVIDA À CCP – APENSADA AO PL nº 4.060/12

4.2 – TVRs

AGUARDANDO PARECER DO RELATOR (55)

TVR Nº 685/13 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.150, de 23 de novembro de 2010, que outorga permissão a Canari Participações S.A. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro”.

RELATOR: deputado PAULÃO

TVR Nº 5/15 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 111, de 13 de fevereiro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Agrestina, Estado de Pernambuco”.

RELATOR: deputado FÁBIO FARIA

TVR Nº 41/15 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 470, de 30 de abril de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piraúba, Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: deputado CAETANO

TVR Nº 42/15 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.205, de 30 de abril de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Bonjardinense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: deputado CLAUDIO CAJADO

TVR Nº 45/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 322, de 25 de novembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Rio dos Cedros, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina”.

RELATOR: deputado BETO FARO

TVR Nº 50/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 64, de 21 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Sócio-Cultural Maria de Souza Campos "Dona do Maracatu", a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Japarutuba, Estado de Sergipe”.

RELATOR: deputado JHC

TVR Nº 51/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 362, de 25 de abril de 2014, que autoriza a Associação Comunitária São Miguelense de Comunicação, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Miguel de Taipu, Estado da Paraíba”.

RELATOR: deputado FERNANDO MONTEIRO

TVR Nº 56/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 884, de 05 de maio de 2015, que autoriza a Sistema Livre de Comunicação - Silicon (rádio Livre), a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA

TVR Nº 60/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.691, de 22 de abril de 2015, que autoriza ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social de São Martinho da Serra, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Martinho da Serra, Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: deputado WLADIMIR COSTA

TVR Nº 62/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de dezembro de 2015, que outorga concessão à Universidade Federal do Maranhão para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Luis, Estado do Maranhão”.

RELATOR: deputado CELSO PANSERA

TVR Nº 64/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 129, de 14 de março de 2014, que outorga permissão à Universidade Federal de Goiás para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Trindade, Estado de Goiás”.

RELATORA: deputada BRUNA FURLAN

TVR Nº 67/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.441, de 10 de junho de 2015, que renova a permissão outorgada à Rádio FM Princesa Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itabaiana, Estado de Sergipe”.

RELATOR: deputado ALFREDO KAEFER

TVR Nº 68/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.452, de 10 de junho de 2015, que renova a permissão outorgada à Rádio FM Niquelândia Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Niquelândia, Estado de Goiás”.

RELATOR: deputado ELI CORRÊA FILHO

TVR Nº 69/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.495, de 15 de junho de 2015, que renova a permissão outorgada à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina”.

RELATOR: deputado NELSON MEURER

TVR Nº 70/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.496, de 16 de junho de 2015, que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Concórdia, Estado de Santa Catarina”.

RELATOR: deputado NILSON PINTO

TVR Nº 71/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 154, de 20 de março de 2012, que renova a concessão outorgada à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: deputado HÉLIO LEITE

TVR Nº 73/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de dezembro de 2015, que renova a concessão outorgada à Televisão Morena Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul”.

RELATOR: deputado HERÁCLITO FORTES

TVR Nº 74/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 876, de 19 de dezembro de 2008, que renova a permissão outorgada à Rádio Jovem Som de Presidente Venceslau Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo”.

RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

TVR Nº 78/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 792, de 29 de dezembro de 2003, que outorga permissão à Fundação Cultural Canto da Vida para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Araucária, Estado do Paraná”.

RELATOR: deputado EDUARDO CURY

TVR Nº 79/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 430, de 28 de maio de 2014, que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe - FUFSS para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Lagarto, Estado de Sergipe”.

RELATOR: deputado GILBERTO NASCIMENTO

TVR Nº 81/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 473, de 20 de junho de 2014, que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: deputado RONALDO MARTINS

TVR Nº 83/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 484, de 10 de julho de 2014, que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado LUIS TIBÉ

TVR Nº 84/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 485, de 10 de julho de 2014, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO

TVR Nº 89/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 468, de 05 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarani, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado WLADIMIR COSTA

TVR Nº 97/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Joanópolis, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado HERÁCLITO FORTES

TVR Nº 98/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.959, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Produtores dos Bairros de Parambu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Parambu, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado JOSÉ NUNES

TVR Nº 101/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.973, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Liberdade, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: deputada TIA ERON

TVR Nº 102/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Inocencie de Comunicação e Marketing para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Inocência, Estado do Mato Grosso do Sul".

RELATOR: deputado JHC

TVR Nº 104/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.422, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Radio Tropical FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vera, Estado do Mato Grosso".

RELATORA: deputada BRUNA FURLAN

TVR Nº 108/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Poções, Estado da Bahia".

RELATORA: deputada BRUNA FURLAN

TVR Nº 109/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.596, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Local de Obras Assistenciais para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado ELIZEU DIONIZIO

TVR Nº 110/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Esperança de Iguatemi - ACEI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iguatemi, Estado do Mato Grosso do Sul".

RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

TVR Nº 115/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.617, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Arco-Iris para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibiraci, Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: deputado DAMIÃO FELICIANO

TVR Nº 116/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.624, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Serra Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: deputado LUIS TIBÉ

TVR Nº 117/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.625, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: deputado RÔMULO GOUVEIA

TVR Nº 120/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.634, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Icó, Estado do Ceará”.

RELATOR: deputado ELI CORRÊA FILHO

TVR Nº 122/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.639, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cravinhos, Estado de São Paulo”.

RELATOR: deputado RONALDO MARTINS

TVR Nº 170/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 470, de 07 de agosto de 2014, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte”.

RELATOR: deputado BILAC PINTO

TVR Nº 171/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 737, de 06 de maio de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tucumã, Estado do Pará”.

RELATOR: deputado EDUARDO CURY

TVR Nº 172/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.837, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Fundação Beneficente Rosal da Liberdade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Redenção, Estado do Ceará”.

RELATOR: deputado FLAVINHO

TVR Nº 173/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.595, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Três Lagoas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul”.

RELATOR: deputado ELIZEU DIONIZIO

TVR Nº 175/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.638, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: deputado FÁBIO FARIA

TVR Nº 176/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.374, de 22 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sanclerlândia, Estado de Goiás”.

RELATOR: deputado JOSÉ NUNES

TVR Nº 177/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.149, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abaiara, Estado do Ceará".

RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO

TVR Nº 180/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 21, de 20 de janeiro de 2012, que outorga permissão à Rádio Arari FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itamogi, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado MARCELO AGUIAR

TVR Nº 181/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 297, de 06 de junho de 2012, que outorga permissão ao Sistema Tecchio de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado RÔMULO GOUVEIA

TVR Nº 182/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 347, de 11 de julho de 2012, que outorga permissão à Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Angelândia, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado JORGE TADEU MUDALEN

TVR Nº 184/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 379, de 28 de agosto de 2012, que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paranaçuã, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado FRANKLIN LIMA

TVR Nº 186/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 493, de 19 de dezembro de 2012, que outorga permissão à Rainha FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mandaguacu, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado BILAC PINTO

TVR Nº 188/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 107, de 19 de abril de 2013, que outorga permissão ao Sistema Anton de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL

TVR Nº 190/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 213, de 18 de julho de 2013, que outorga permissão à TOTAL - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Irará, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado SÓSTENES CAVALCANTE

TVR Nº 193/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 487, de 10 de julho de 2014, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: deputada TIA ERON

TVR Nº 194/16 - do Poder Executivo - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 78, de 13 de fevereiro de 2015, que outorga permissão à Total - Comunicação, Publicidade e Produções Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado ROBERTO ALVES

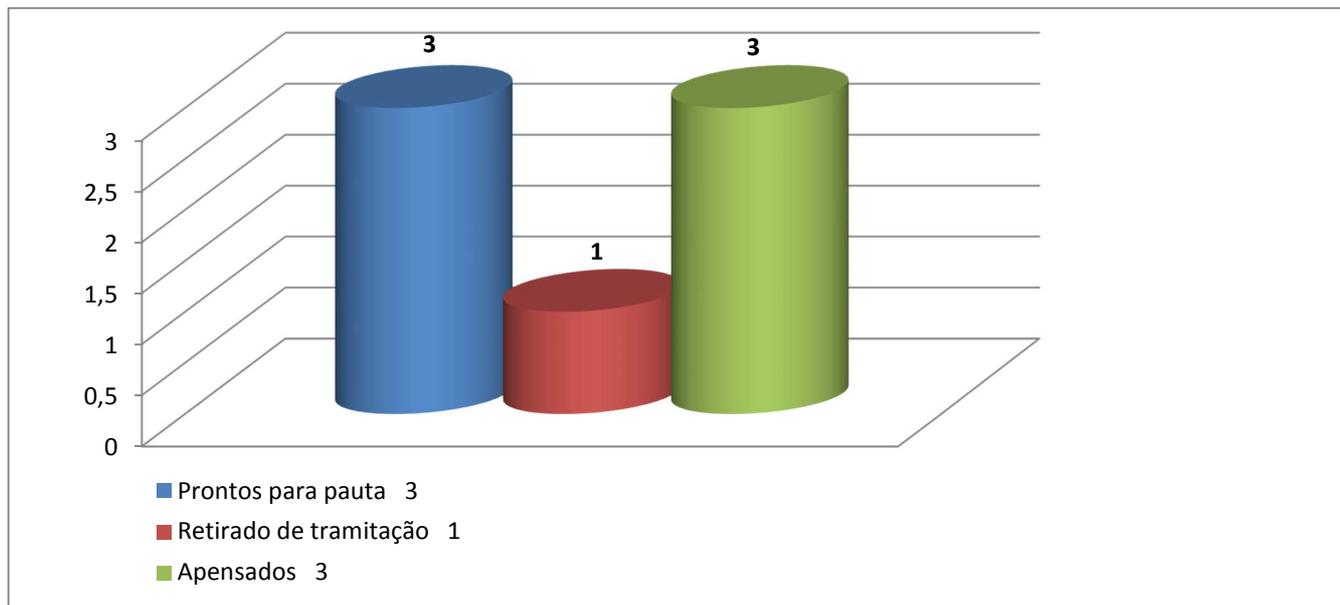
TVR Nº 196/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 212, de 18 de julho de 2013, que renova a concessão outorgada à Rádio Mafrense Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Simplício Mendes, Estado do Piauí”.

RELATOR: deputado JOSÉ NUNES

TVR Nº 197/16 - do Poder Executivo - que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.854, de 30 de julho de 2015, que renova a concessão outorgada à Caraíba Empreendimentos Culturais Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia”.

RELATOR: deputado GILBERTO NASCIMENTO

4.3 – REQUERIMENTOS



REQ Nº 144/16 - do Sr. Ronaldo Nogueira - que "Requer que seja submetido à apreciação dos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática a devida autorização para confecção de 1.500 (um mil e quinhentas) separatas que versará sobre o relatório parcial da Subcomissão Especial dos Serviços de Telefonia Móvel e TV por assinatura - SUBTELV".
PRONTO PARA PAUTA

REQ Nº 145/16 - do Sr. Hélio Leite - que "Requer a realização de audiência pública para debater com representantes do Governo Federal e das empresas de telefonia o calendário de implantação da telefonia móvel na área rural do Estado do Pará".
PRONTO PARA PAUTA

REQ Nº 149/16 - do Sr. Sibá Machado - (PL 117/2015) - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 117/2015, que institui a Política Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Farmacêutico".
RETIRADO DE TRAMITAÇÃO PELO AUTOR em 01/06/16

REQ Nº 154/16 - da Sra. Luciana Santos - (REQ 153/2016 e REQ 155/2016) - que "Requer a realização de audiência pública para discutir, âmbito desta comissão, para discutir a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com o Ministério das Comunicações - MC proposta pelo Governo interino de Michel Temer".
APENSADO em 01/06/16 ao REQ 153/2016, APROVADO

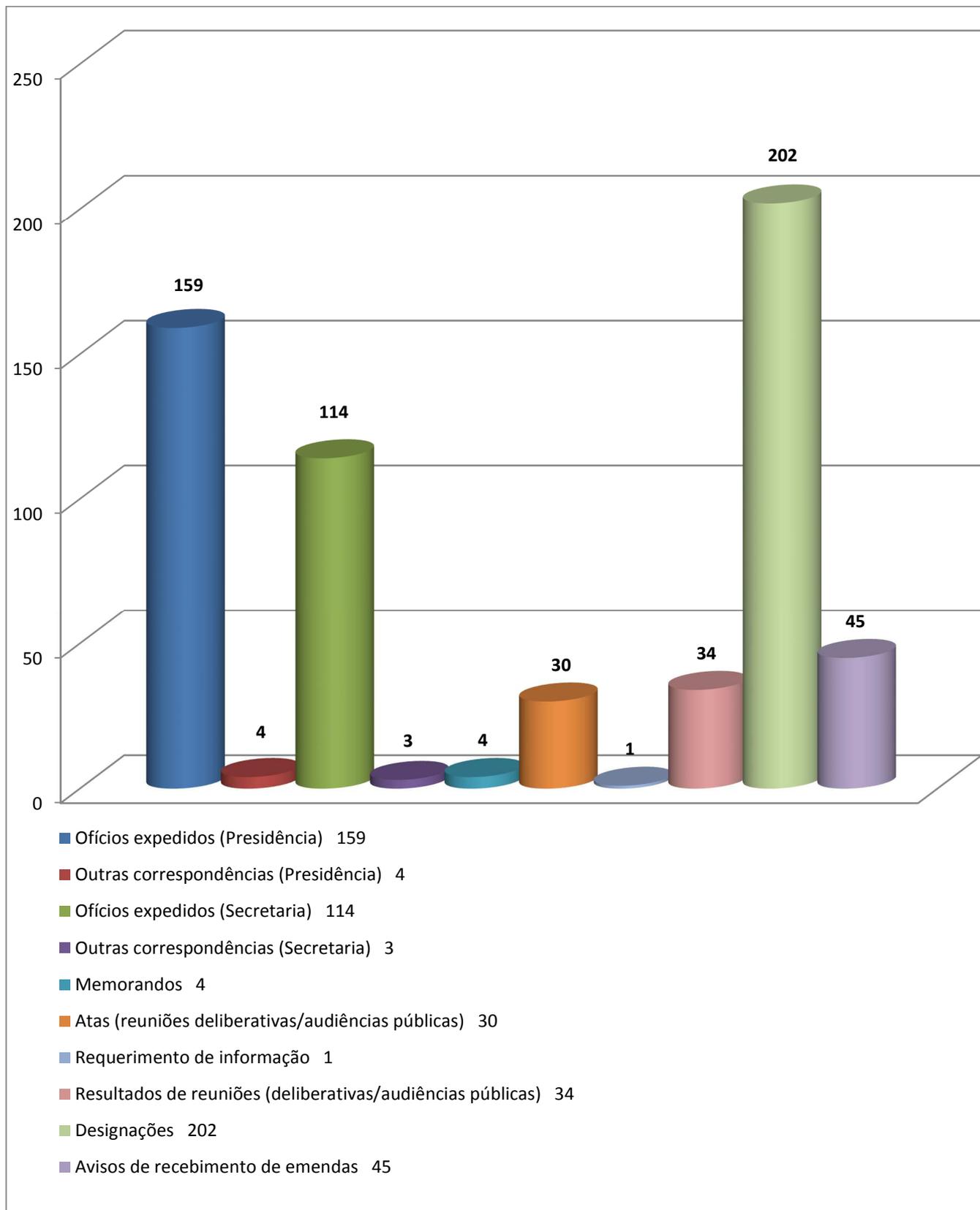
REQ Nº 155/16 - da Sra. Margarida Salomão - (REQ 153/2016 e REQ 154/2016) - que "Solicita que seja realizada audiência pública e que se convide o Excelentíssimo Ministro Interino de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Gilberto Kassab, para discutir a fusão das pastas de Ciência e Tecnologia e de Comunicações".
APENSADO em 01/06/16 ao REQ 153/2016, APROVADO

REQ Nº 163/16 - da Sra. Margarida Salomão - (REQ 160/2016) - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 5.276/2016, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural".
APENSADO em 20/06/16 ao REQ 160/2016, APROVADO

REQ Nº 175/16 - do Sr. Vitor Lippi - que "Requer a formação de uma (1) Subcomissão Permanente".
PRONTO PARA PAUTA

5 – SECRETARIA DA COMISSÃO

5.1 – RESUMO DE ATIVIDADES



5.2 – COMPOSIÇÃO

QUADRO EFETIVO
<p>Calebe Nunes Silva Secretário-Executivo</p> <p>Adalva de Oliveira Abath Diniz Christiano de Lima Silva Eduardo Nunes dos Santos Fernando Antonio D’Almeida Ponce Francisco das Chagas de Carvalho Silva Gilmar Alves de Almeida Maria Gorette da Silva Pessoa Messias Pereira Passos</p>
CARGO DE NATUREZA ESPECIAL (CNE)
<p>Taciana Marinho Regis de Moura</p>
PRÓ-ADOLESCENTES
<p>Mariana do Vale da Silva Wender Guimarães de Melo</p>

CONTATOS

Página na internet

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci>

E-mail

cctci@camara.leg.br

Telefones

(61) 3216-6450 a 6461 e 6467

Endereço

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo II - Térreo - Ala A - Sala T-51
CEP 70.160-900 - Brasília-DF

Fax

(61) 3216-6465 e 6466